



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE MEDIAÇÕES INTERCULTURAIS
CURSO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES
INTERNACIONAIS**

**OS REFLEXOS DO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO:
NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS PELA PAZ**

JANAINA ARAÚJO DE RUAN

**João Pessoa, PB
Dezembro de 2015**

JANAINA ARAÚJO DE RUAN

**OS REFLEXOS DO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO:
NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS PELA PAZ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Línguas Estrangeiras aplicadas às Negociações Internacionais, pela Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, pelo Departamento de Mediações Internacionais.

Orientador: Prof. Ms. Roberto Vilmar Satur.

**João Pessoa, PB
Dezembro de 2015**

**Universidade Federal da Paraíba
Pró-Reitoria de Graduação
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Mediações Interculturais
Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso
Os reflexos do conflito israelo-palestino: negociações internacionais pela paz

Elaborado por
Janaina Araújo de Ruan

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Línguas Estrangeiras aplicadas às Negociações Internacionais

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Ms. Roberto Vilmar Satur – Orientador – UFPB

Profa. Dra. Kátia Ferreira Fraga – Banca Examinadora – UFPB

Profa. Dra. Alyanne de Freitas Chacon – Banca Examinadora – UFPB

João Pessoa, 11 de Dezembro de 2015

FOLHA DE IDENTIFICAÇÃO

Instituição	UFPB – Universidade Federal da Paraíba
	Endereço: - Reitoria Campus I, Cidade Universitária, s.n., CEP: 58039-900. João Pessoa/PB - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Campus I, Cidade Universitária, s.n., CEP: 58039-900. João Pessoa/PB
Dirigentes	Reitoria: Reitora: Profa. Dra. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz Vice-Reitor: Eduardo Ramalho Rabenhorst Pró-Reitora de Graduação: Profa. Dra. Arianne Norma Menezes de Sá Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes: Diretora: Profa. Dra. Mônica Nóbrega Vice-Diretor: Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho Departamento de Mediações Interculturais Chefe: Prof. Dr. Rodrigo Carlos Assis Vice-Chefe: Profa. Dra. Alyanne de Freitas Chacon Curso de Línguas Estrangeiras aplicadas às Negociações Internacionais: Coordenador: Prof. Dr. Rodrigo Esteves de Lima Lopes Vice-Coordenador: Prof. Ms. Roberto Vilmar Satur
Trabalho de Conclusão de Curso	Título: Os reflexos do conflito israelo-palestino: negociações internacionais pela paz Vínculo: Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso Professor Responsável: Prof. Dr. Rodrigo Esteves de Lima Lopes
Execução	Orientador: Prof. Ms. Roberto Vilmar Satur Aluna: Janaina Araújo de Ruan

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Roberto Vilmar Satur, pela presteza e riquíssimas observações realizadas no decorrer da redação desta monografia.

Agradeço igualmente ao corpo docente do curso de LEA, em especial, às professoras Kátia Fraga, pelo apoio, incentivo e constantes ensinamentos, e Alyanne Chacon, que me concedeu uma bolsa de monitoria e me acompanhou durante a vigência da mesma.

Acima de tudo, agradeço aos meus pais, que me educaram com amor e que fizeram de mim a pessoa que sou hoje.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo discutir o conflito israelo-palestino. Por se tratar de um tema bastante delicado, o trabalho incorpora as versões israelenses e palestinas, ressaltando seus impactos políticos, sociais e econômicos, assim como as negociações decorrentes entre esses dois povos, com o propósito de superar tais impactos gerados pela guerra. Para poder compreender as razões do impasse israelo-palestino, em suas relações históricas, sociais, geopolíticas, econômicas, e os diferentes momentos de negociações para superar tal desacordo, analisamos seu passado e história, destacando os acontecimentos que marcaram a região desde milênios até hoje. Devido à delicadeza do tema, objetivou-se neste trabalho incorporar as versões palestinas e israelenses, traçando, como anteriormente mencionado, os momentos de harmonia e relação única entre judeus e árabes, passando pelo nascimento do sionismo e pelo nacionalismo árabe, até a eclosão do conflito em questão, quebrando os laços que os uniram por um longo período.

Palavras chave: Conflito israelo-palestino. Negociação Israel-Palestina. Sionismo. Nacionalismo árabe. Harmonia.

RÉSUMÉ

On prétend discuter dans le présent mémoire le conflit israélo-palestinien. Comme il s'agit d'une thématique de grande sensibilité, ce mémoire intègre les versions israéliennes et palestiniennes, en soulignant leurs impacts politiques, sociaux et économiques ainsi comme les négociations qui en découlent entre ces deux peuples en vue de surmonter tels impacts générés par la guerre. Afin de pouvoir comprendre les raisons de celui-ci dans ses relations historiques, sociales, géopolitiques, économiques, et les différents moments de négociations pour le surmonter, nous avons analysés leur passé et histoire, en soulignant les événements qui ont marqué la région depuis des décennies jusqu'aujourd'hui. En raison de la délicatesse du sujet, l'objectif de ce mémoire est, comme mentionné précédemment, d'intégrer les versions israéliennes et palestiniennes, en traçant les moments d'harmonie et de relation unique entre Juifs et Arabes, en passant par la naissance du sionisme et du nationalisme arabe jusqu'à l'éclosion du conflit en question, brisant les liens qui les unissaient pendant une longue période.

Mots-clés: Conflit israélo-palestinien. Négociation Israel-Palestine. Sionisme. Nationalisme Arabe. Harmonie.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. OBJETIVOS.....	10
1.1. Objetivo geral.....	10
1.2. Objetivos específicos.....	10
2. METODOLOGIA.....	11
3. ESTRUTURA DO TRABALHO.....	11
 I. CRONOLOGIA DO RELACIONAMENTO JUDAICO-ÁRABE.....	13
1.1. JUDEUS E ÁRABES: UM PASSADO EM COMUM.....	13
1.2. DA HARMONIA AO ROMPIMENTO: OS REFLEXOS DA SEPARAÇÃO.....	15
1.2.1. A influência da Primeira e Segunda Guerra Mundial na ascensão do sionismo.....	15
1.2.2. Palestina: da colonização à imigração judaica.....	17
1.3. A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL.....	18
1.3.1. Os judeus no Estado de Israel: de 1948 à atualidade.....	18
1.3.2. A Palestina ocupada: de 1948 à atualidade.....	20
 II. OS REFLEXOS DO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO.....	23
2.1. DIMENSÕES GEOPOLÍTICAS.....	23
2.1.1. Israel e a política colonialista.....	23
2.1.2. Palestina e a política de opressão.....	26
2.2. DIMENSÕES SOCIAIS DA SEPARAÇÃO.....	29
2.2.1. A construção do muro como negação a esperança da paz pela negociação: do desmembramento ao Apartheid.....	30
2.2.2. Uma barreira na Palestina.....	31
2.3. DIMENSÕES ECONÔMICAS DA OCUPAÇÃO PROLONGADA.....	32
2.3.1. Economia de colonização israelense.....	33
2.3.2. Restrições econômicas que confrontam os territórios palestinos.....	34
 III. QUESTÕES DISCUTIDAS DURANTE AS NEGOCIAÇÕES.....	37
3.1. TERRITÓRIO.....	37
3.2. SEGURANÇA.....	38
3.3. JERUSALÉM.....	39
3.4. REFUGIADOS.....	40
3.5. O ESTADO JUDEU.....	41
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
 REFERÊNCIAS.....	45
 ANEXOS.....	51
 APÊNDICES.....	54

INTRODUÇÃO

Falar da relação política, social e econômica, assim como das negociações entre árabes e judeus, é extremamente atual e, como tema de trabalho de conclusão de curso, se reveste de um desafio muito grande, uma vez que se trata de um assunto bastante complexo e delicado. Além disso, por ser atual, aparece constantemente nas mídias sociais, particularmente nos momentos de crises, de atentados, de violações, de guerra, o que acaba por chamar constantemente nossa atenção para esse problema. Seguindo a indicação de ECO (2007), tentou-se “transformar um assunto de atualidade em tema científico”. Este desafio faz com que, de um lado, o objeto de pesquisa seja compreendido sob a ótica das ciências políticas, e, de outro, que deva ser analisado historiograficamente, a partir de suas raízes históricas e daquilo que foi escrito sobre elas.

Considerando que “todo discurso científico pretende demonstrar uma posição a respeito do tema problematizado” (SEVERINO, 2000, p. 16), falar sobre a questão israelo-palestino, embora não deva ser tratada de forma neutra, deve ser analisada da forma mais objetiva possível, sem tomar partido, a não ser pelo bem maior, a paz (negociada) entre os dois povos, como aqui se deu no trabalho. É assim que o jornalista Ricardo Viveiros também entende, ao prefaciар o livro de Bard (2004)¹; para ele, é senso comum que o conflito deveria ter acabado há muito tempo, devendo predominar o entendimento entre ambos os povos envolvidos nesse conflito que parece sem fim (VIVEIROS, 2004).

Falar em entendimento é falar em negociações. E aqui se insere e se justifica a importância em se discutir na academia² um tema tão atual de dois povos em permanente conflito e em constante processo de busca de entendimento, através de projetos de negociações de paz, cujas metas são quase sempre inalcançáveis.

O meu interesse por esse tema se deu durante o intercâmbio que realizei na Université de Lyon II³, de 2013 a 2014, a partir das aulas que tratavam desse assunto e que me despertaram para escrever alguns trabalhos sobre a história da relação israelo-árabe, e também como a participação na Simulação da Organização das Nações Unidas em 2014, pela Université de Lyon III, possibilitando, em seguida, o início dos primeiros trabalhos da

¹ Livro publicado nos Estados Unidos pela AICE - *American Israeli Cooperative Enterprise*, e que analisa o conflito israelo-árabe a partir da perspectiva do povo israelense.

² Num rápido levantamento do acervo da Biblioteca Central da UFPB, pesquisando pelos assuntos “Palestina”, “Israel”, “israelo-árabe”, “conflito israelo-palestino”, encontram-se poucos títulos (todos traduzidos para o português) que tratam do objeto de estudo. No entanto, não foi encontrado qualquer estudo de aluno da UFPB, quer tese, dissertação ou Monografia.

³ No quadro do Programa de Mobilidade Internacional – PROMOBI da UFPB.

monografia que eu já intencionava desenvolver. Com o meu retorno ao Brasil, esses estudos foram retomados e desenvolvidos, a partir de um levantamento bibliográfico, que trata especificamente desse tema e que me proporcionou uma compreensão mais ampla do assunto, permitindo uma nova redação sobre os problemas anteriormente abordados. Tais resultados serão apresentados no segundo capítulo desta Monografia.

1. OBJETIVOS

Escrever um trabalho científico é, segundo o autor Severino (2000, p. 16-17), escrever um “texto que relata assertivamente os resultados de uma pesquisa numa determinada área”, e que “a relevância da definição para o trabalho científico em geral está no fato de ela permitir uma exata formulação das questões a serem debatidas”. Neste sentido, apresentamos, a seguir, o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho.

1.1. Objetivo geral

Esse trabalho teve como objetivo discutir o conflito israelo-palestino e o papel das negociações em prol da Paz. Dada a delicadeza do tema, o trabalho incorpora as versões israelenses e palestinas, ressaltando seus impactos políticos, sociais e econômicos, assim como as negociações decorrentes entre esses dois povos a fim de superar tais impactos gerados pelo conflito.

1.2. Objetivos específicos

- Analisou-se a relação do contexto histórico da relação judaico-árabe, ressaltando a harmonia original e os conflitos atuais;
- Destacou-se a importância da I e da II Guerra Mundial à ascensão do sionismo;
- Apresentou-se a criação do Estado de Israel e a consequente expulsão dos palestinos;
- Analisaram-se os reflexos do conflito israelo-palestino em suas dimensões geopolítica, sociais e econômicas;
- Analisaram-se os processos e questões discutidas durante as negociações de superação do conflito israelo-palestino, comparando as expectativas de ambos.

2. METODOLOGIA

Segundo o autor Duffau (2013), a metodologia é o conjunto de etapas que permite buscar, identificar e encontrar documentos relativos a um assunto através do desenvolvimento de uma estratégia de investigação.

Desta forma, o processo de pesquisa resultou em um estudo exclusivamente bibliográfico. Já observara Umberto Eco (2007) que “fazer uma bibliografia significa procurar aquilo que não se conhece sua existência. O bom investigador é aquele que é capaz de entrar numa biblioteca sem ter a mínima ideia sobre um tema e sai de lá sabendo um pouco mais sobre ele”, o que aconteceu precisamente com esta pesquisa. Como observamos acima, o tema da relação entre árabes e judeus está na ordem do dia, frequentemente associado aos conflitos e guerras.

Já o levantamento bibliográfico sobre o tema, tendo como referência estudos políticos e históricos, assim como documentos de órgãos internacionais, são as fontes primárias para este trabalho. E sobre estas fontes, cabe observar que os textos consultados estão, em sua maioria, em francês e em inglês. Tal opção deveu-se a um exercício mais acurado de duas das línguas básicas do Curso LEA.

A pesquisa do material bibliográfico, por sua vez, deu-se em primeiro lugar na preparação da análise, selecionando as fontes de informação e buscando documentos oficiais, como livros e artigos. Após aprofundamento do assunto, foram analisadas as relações entre os judeus e árabes, outrora harmoniosas. Em seguida, buscou-se analisar o emergir do conflito e seus consequentes impactos sobre ambas as sociedades em questão. Por fim, a partir das observações realizadas, foi elaborado o desenrolar das negociações de paz entre os povos e as questões discutidas, que continuam ainda hoje pendentes.

3. ESTRUTURA DO TRABALHO

Com o objetivo de compreender as razões do conflito israelo-palestino, em suas relações históricas, sociais, geopolíticas, econômicas, e os diferentes momentos de negociações para superar tal conflito, dividiremos esta monografia em três capítulos, além de uma introdução e de uma conclusão.

No primeiro capítulo, com o fim de discutirmos sobre o conflito israelo-palestino e seu impacto político, social e econômico em ambos os Estados, analisamos seu passado e história,

pois, na realidade, o conflito não data de ontem, e o contexto deve ser aprofundado. Destacam-se, portanto, os acontecimentos que marcaram a região desde milênios anteriores até hoje. Incluiu-se o caso dos judeus de diversas origens que optaram por emigrar à Palestina nos períodos pós-guerra, e o caso dos palestinos antes e depois da ocupação daquelas terras pelo “novo” Estado de Israel.

No segundo capítulo, levamos em consideração o fato de que as relações entre palestinos e israelenses, do pós II Guerra Mundial, são marcadas por mais de 60 anos de convívio, conflito, guerra, ódio, desconfiança e negociações, algumas êxitosas e muitas fracassadas. Assim sendo, são apresentados os reflexos do tal conflito, em suas dimensões geopolítica, social e econômica, ressaltando que o caminho à paz parece cada vez mais longe e tortuoso.

No terceiro capítulo, ressaltamos os processos de negociações entre palestinos e israelenses nos últimos anos, destacando as principais questões em pauta, que, apesar do esforço de cada procedimento, continuam não resolvidas. Para entender o contexto e as lições de tais discussões, é importante analisar as questões que estavam sendo tratadas, assim como as posições dos dois lados da mesa. E tanto os Estados Unidos, na gestão de Bill Clinton, quanto as Nações Unidas, serão intermediários importantes nessas mediações, que podem ser sintetizadas neste momento com o reconhecimento da Palestina como um Estado autônomo e membro observador da ONU.

Finalmente, dada à delicadeza do tema, este trabalho incorporou as versões palestinas e israelenses, traçando, como anteriormente mencionado, os momentos de harmonia e relação única entre judeus e árabes, passando pelo nascimento do sionismo e pelo nacionalismo árabe, até a eclosão do conflito em questão, quebrando os laços que os uniram por um longo período.

I. CRONOLOGIA DO RELACIONAMENTO JUDAICO-ÁRABE

Como discutido anteriormente, o objetivo deste capítulo é averiguar o progresso da vida dos povos árabes e judeus, desde a época em que viviam em harmonia até o seu rompimento. Queremos compreender claramente os muitos obstáculos – históricos, humanos, religiosos e políticos – que tornam tão frágeis, até hoje, os esforços de paz no Oriente Médio. É com essa análise cronológica que poderemos entender melhor o conflito israelo-palestino.

1.1. JUDEUS E ÁRABES: UM PASSADO EM COMUM

Primeira religião monoteísta da história, o Judaísmo foi desenvolvido em Canaã ainda na Antiguidade – região conhecida hoje, por seu nome romano, de Palestina.

Por volta de 61 a.C., o exército romano invadiu o país e saqueou Jerusalém, que é considerada hoje como a Terra Santa dos judeus, cristãos e muçulmanos. Passados dois séculos sob domínio desse Império, os judeus da Palestina, no ano 70 d.C., revoltaram-se contra o domínio romano, revolta esta que perdurou até o ano 132. A derrota dessa rebelião marca, assim, o início da primeira diáspora judaica (POLLET, 2014).

É então no início do século VII, na região montanhosa do Hejaz no oeste da Arábia, que começa a história em comum de judeus e muçulmanos (MISKÉ *et al.*,⁴ 2010. Ep. 1).

No início, antes do surgimento do Islã (religião monoteísta articulada pelo Alcorão), árabes politeístas e judeus viviam em harmonia, apresentando relativamente o mesmo estilo de vida: compartilham filosofias similares, escrevem o mesmo tipo de poemas, têm ideais em comum, praticam a agricultura no oásis e comércio interoásis, etc. Porém, o mundo que os árabes do Hejaz conheciam começou a ceder a essa idealização extremamente forte, de um Deus único onipotente e onisciente.

Em 622, após a aparição do profeta Maomé – o que dá origem ao Alcorão e o nascimento da religião islâmica –, o “exército muçulmano” parte à conquista da maior parte do Oriente Médio com o objetivo de transmitir a palavra islâmica. Em 632, após a morte do profeta, seu sucessor, o califa Omar I, domina a cidade de Jerusalém, que antes se encontrava

⁴ O documentário de Karim MISKÉ, Emmanuel BLANCHARD e Nathalie MARS, **Juifs et Musulmans: si loin si proche**, difundido, em 2010, pela rede de televisão francesa *Arte*, retrata quatorze séculos de uma rica história comum entre judeus e muçulmanos. Como é ressaltado na apresentação da *Arte*, trata-se de um estudo de um grande rigor histórico, enriquecido por depoimentos de especialistas, pesquisadores, professores, historiadores, etc. Este documentário, divulgado em 4 episódios, está disponível em: <<http://www.documentaires-streaming.com/juifs-et-musulmans-si-loin-si-proches-14/>>.

sob o domínio romano-cristão, e coloca os habitantes sob sua proteção em troca de um imposto, a *dhimma* – imposto este que torna as minoridades judaicas e cristãs inferiores (MISKÉ *et al.*, 2010. Ep. 2).

Após a morte do califa Omar I em 644, o crescimento do Islã na Península Arábica continua a expandir. Em 711, o “exército muçulmano”, então liderado por Tarik Ibn Ziyâd, parte à conquista do sul da Espanha, a região de Andaluzia, onde são recebidos pelos judeus como libertadores. Para esses judeus, que sofriam com a imposição do Cristianismo católico, os muçulmanos representam uma grande esperança. Para os muçulmanos, os judeus são aliados indispensáveis.

Em 721, o Império Muçulmano é vasto, estendendo-se pela Ásia, África e Europa. Nesse Império, os muçulmanos vivem em paz com as minorias judaicas e cristãs. De Bagdá ao Cairo e à Córdoba, é justamente esta diversidade de cultura e de religião que dá origem a uma das mais brilhantes civilizações da humanidade. O ano 747 será marcado, então, pelo início de uma *Era de Ouro* que durará 400 anos; juntos, eles trazem à ciência progressos vertiginosos que irradiam até à Europa: é em Bagdá que se desenha o primeiro Mapa do Mundo, que se inventam os algoritmos e que se desenvolve a Álgebra. É ainda em Bagdá que se constrói o primeiro observatório astronômico permanente (MISKÉ *et al.*, 2010. Ep. 2).

No entanto, a partir do século XI, tudo muda com o surgimento de um novo movimento cristão católico e militar (Cruzadas) que “galvanizou” a Europa medieval (Cruzadas), especialmente a França, a Grã-Bretanha e a Alemanha (MISKÉ *et al.*, 2010. Ep. 2). A caminho de Jerusalém, algumas Cruzadas Cristãs atacam judeus no rio Reno no norte da Alemanha, para depois atacar os inimigos muçulmanos no Oriente. É assim que em 15 de julho de 1099, a captura de Jerusalém pelas Cruzadas é marcada por uma carnificina: judeus e árabes são massacrados. Porém, após 88 anos sob resistência, Jerusalém é reconquistada pelos muçulmanos em 1187.

No outro extremo do Mediterrâneo, na Espanha, o Islã está enfraquecendo. Cidade após cidade, os “exércitos cristãos” invadem o sul do país. A *Reconquista* coloca, então, judeus e muçulmanos sob domínio da igreja católica de Roma.

No final do século XIV, a situação deteriora-se irremediavelmente: a partir de 1480, os terríveis tribunais da Inquisição aparecem na Espanha e Portugal. Em 1492, Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão ordenam a expulsão dos judeus; em 1526, os muçulmanos são, por sua vez, forçados a partir. Arrancados de seus lares, judeus e muçulmanos se tornam irmãos de exílio.

A segunda diáspora judaica é maior do que a diáspora muçulmana: enquanto os muçulmanos retornam ao Império Otomano (antigo Império Romano, agora sob o poder turco), judeus seguem as destinações da Inglaterra, Holanda, França, Itália – onde vivem na miséria – e, especialmente, as cidades de Salonica e Istambul, bem como várias cidades da Palestina, sob o convite do sultão Solimão.

No início do século XVII, o declínio do Império Otomano leva muitos judeus e muçulmanos à pobreza; na medida em que se dá tal declínio, somam-se à Europa cristã muita riqueza e poder. Este é o lugar onde a história é escrita, neste continente marcado pela intolerância religiosa, onde a situação dos judeus é mais precária do que em terras islâmicas (MISKÉ *et al.*, 2010. Ep. 2).

1.2. DA HARMONIA AO ROMPIMENTO: OS REFLEXOS DA SEPARAÇÃO

Houve um tempo em que as identidades eram simples, evidentes, religiosas. Na África do Norte e no Oriente Médio predominava o islamismo; na Europa, o cristianismo. Em todos os lugares haviam judeus, e ao mesmo tempo a nenhum lugar eles pertenciam – o que não impediu, em terras islâmicas, uma grande proximidade entre eles e os árabes (MISKÉ *et al.*, 2010. Ep. 3).

A barreira entre judeus e árabes é muito fina. Cultural e etnicamente, ambos os grupos apresentam poucas diferenças. Muitas práticas são semelhantes, suas culturas e identidades se entrelaçam.

Em 1789, após mil anos, esses povos partilham uma cultura comum, contudo, o impensável estava por vir. Em um século e meio, todos esses vínculos irão se desfazer após a irrupção da Europa no “mundo árabe”. É lá, portanto, que se criam riquezas e que se escreve a história.

1.2.1. A influência da Primeira e Segunda Guerra Mundial na ascensão do sionismo

No século XIX, novas correntes sociais animam a sociedade judaica. A emancipação e o reconhecimento dos judeus da Europa, trazida pela Revolução Francesa, os tiram da carência e os expõe às ideias do mundo moderno. Após a França, outros países europeus como a Áustria, a Inglaterra e a Itália, concedem-lhes igualdade. Todavia, dado o grande

número de judeus integrando a elite, este grande movimento de emancipação acaba agitando o sentimento antissemita dos europeus (MISKÉ *et al.*, 2010. Ep. 3).

É então que Theodor Herzl, um aflito jornalista judeu austro-húngaro, narra em seu livro *O Estado Judeu*, em 1895, a precariedade dos judeus da Europa e decide ser seu porta-voz. Suas argumentações pregavam que o problema do antissemitismo só seria resolvido quando os judeus dispersos pelo mundo pudessem se reunir e se estabelecer em um Estado nacional independente, argumentações estas que estimularam a criação do movimento sionista. A ideologia do sionismo é baseada em um sentimento nacional judaico, defendendo a existência de um Estado povoado por judeus na Terra de Israel (territórios de referência bíblica, prometidos por Deus ao povo judeu e que, segundo a tradição, se estendem do rio Nilo ao Eufrates, cobrindo, portanto, a Palestina, mas também a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, o Líbano, a Síria, a Jordânia, uma parte do Iraque e uma parte do Egito). Em 1897, esse movimento é formalmente criado.

Em 1914, eclode a Primeira Guerra Mundial, tendo, assim, um impacto decisivo no sucesso do sionismo. O Império Otomano se vê, então, ameaçado pela França, que visa o Líbano e a Síria; pela Itália, que visa algumas ilhas do Mar Egeu; pela Rússia, que visa Dardanelos e o Mar Negro; e pelo Reino Unido, que visa a Palestina, o Mar Vermelho e o Golfo Pérsico (MIQUEL, 1983).

É neste contexto que a ação sionista a favor da criação de um Estado judaico na Palestina sob o mandato de um grande poder interessa ao Reino Unido. Destarte, em 1918, após tomar posse da Palestina, Lord Balfour, representante do governo britânico, encaminha ao Lord Lionel Walter Rothschild uma carta, a *Declaração de Balfour*, na qual defende que o Reino Unido apoie a criação de um "lar nacional judeu" na Palestina. Esta carta, mesmo não sendo um compromisso juridicamente vinculativo, é um grande incentivo para o sionismo (MISKÉ *et al.*, 2010. Ep. 3).

Em setembro de 1939, eclode a Segunda Guerra Mundial. A partir de 1941, iniciou-se um genocídio que vê a morte de cerca de seis milhões de judeus. O período é crítico para o mundo judaico, e esta crise se soma ao sionismo (HILBERG, 1988).

Depois da derrota da Alemanha nazista em maio de 1945, duas questões se tornam prioridades para o movimento sionista: a questão dos judeus refugiados, sobreviventes do genocídio (muitos deixando a Europa ilegalmente), e a questão da criação de um Estado judeu na Palestina.

1.2.2. Palestina: da colonização à imigração judaica

Em 1856, a Europa cria o Estado-Nação, uma forma política eficaz que reforça ainda mais o seu poder. À frente, o Império Otomano procura escapar da espiral de declínio. Para encontrar um novo rumo, o sultão aplica receitas europeias. Assim, no mesmo ano, ele elimina o status medieval da *dhimma*, que faz cristãos e judeus inferiores em terras islâmicas (MISKÉ *et al.*, 2010. Ep. 3).

Deste modo, localmente, a tendência ia em direção à identidade nacional, à afiliação nacional. E, mesmo que a religião permanecesse uma força importante nessas sociedades, já não mais representava a única maneira de definir sua identidade política. Então, o fato de ser nativo não era reservado apenas aos muçulmanos, isto é, assim como eles, os cristãos e os judeus começaram a ser identificados com base no seu território.

Nada obstante, os judeus do Oriente acabam despertando o interesse de novos atores: os judeus da Europa. Esses judeus cultivados, ricos e poderosos se interessam pelos judeus orientais, que estavam em transição do fim da *dhimma*, alimentando um sentimento de proteção.

A Terra Santa, chamada Palestina pelos europeus (na época, sob o domínio do Império Otomano), é o território que o movimento sionista reivindica, em nome dos antigos reinos judeus que viveram na antiguidade. Para os judeus do Oriente, esse projeto pouco os interessava; era uma abordagem judaico-europeia (MISKÉ *et al.*, 2010. Ep. 3).

É uma ideia, contudo, bem frágil, pois nesses primeiros anos do século XX, milhares de judeus fugindo do antissemitismo europeu chegam ilegalmente à Palestina, a maioria pelo movimento sionista, preocupando intelectuais árabes. O nacionalismo árabe nasceu, portanto, ao mesmo tempo que o sionismo (COURBAGE, 2008).

Em agosto de 1914, os otomanos se aliam a Alemanha e a Áustria-Hungria contra a França, Inglaterra, Rússia e Itália. Sionistas e árabes querem obter a Palestina da Grã-Bretanha, primeira potência imperial do momento. Os ingleses a prometem tanto para árabes quanto para sionistas. Em novembro de 1917, entretanto, os sionistas têm vantagem sobre o país com a Declaração de Balfour.

Os britânicos tomam o controle da Palestina em 1918. Logo, no âmbito da Declaração de Balfour (juridicamente insubsistente), a imigração judaica aumenta. Os sionistas querem, então, constituir uma maioria judaica na Palestina.

Em menos de 30 anos, dezenas de milhares de judeus europeus chegam à Palestina. Os árabes entendem isso como uma invasão, e os conceitos sobre os judeus que sempre viveram no país se transformam, acreditando que o sionismo também reflete a opinião dos judeus árabes. Eles finalmente os removem do projeto nacionalista árabe, que doravante só engloba árabes e cristãos (COURBAGE, 2008).

1.3. A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

Em 1945, o relacionamento judaico-muçulmano já está bem enfraquecido quando o mundo descobre, com horror, a morte de aproximadamente seis milhões de judeus nos campos de extermínio nazistas. (MISKÉ *et al.*, 2010. Ep. 4). A partir desse momento, a criação de um Estado judeu se torna primordial para os judeus de todo o mundo, e o mundo se vê na obrigação de compensar em parte o massacre de judeus durante o regime nazista.

Em fevereiro de 1947, os ingleses anunciaram que eles abdicariam o mandato deles na Palestina, e em 14 de maio de 1948, transferiram esse poder à ONU. Essa última promulga, em novembro de 1947, a partição da Palestina em um Estado judeu e um Estado árabe (BARNAVI, 1998)⁵.

No último dia do mandato britânico, a independência do Estado de Israel foi proclamada como *um Estado judeu na terra de Israel*. No dia seguinte, 15 de maio, os países árabes vizinhos, opostos ao plano de partilha, intervêm e geram uma sequência de conflitos israelo-árabe na Palestina mandatária.

1.3.1. Os judeus no Estado de Israel: de 1948 à atualidade

No decorrer do século XX, as relações entre judeus e muçulmanos fragilizam-se abruptamente. A ideia que nasce em cada um é que o outro, aquele com o qual se viveu durante treze séculos é, por natureza, um inimigo. E enquanto o nascimento de Israel desperta raiva e amargura entre árabes e muçulmanos, no mundo judaico, porém, é de alegria e retomada do orgulho patriótico (MISKÉ *et al.*, 2010. Ep. 4).

Como anteriormente mencionado, a declaração de independência do Estado de Israel foi lida dia 14 de maio de 1948, seguida da declaração de guerra e invasão de Israel pelos países árabes vizinhos no mesmo dia. Segundo o autor Barnavi (1998), Israel, armado por

⁵ Ver anexo 5, p. 53.

potências europeias, confronta os exércitos de quatro países árabes durante a guerra israelo-árabe de 1948. Durante curtos períodos de luta intercalados com tréguas, Israel amplia seu território, se estabelecendo em seguida na ocupação. Em 1949, vários armistícios são assinados entre o estado judeu e seus vizinhos: primeiro com o Egito em fevereiro de 1949, que ocupa a Faixa de Gaza; com o Líbano em março de 1949; com a Jordânia em abril de 1949, que anexa a Cisjordânia e Jerusalém Oriental; e, finalmente, com a Síria em julho de 1949.

Em junho de 1967, uma nova guerra israelo-árabe eclode: de um lado o Egito, a Jordânia e a Síria; do outro, Israel. Esta guerra, também conhecida como a *guerra dos seis dias* (desencadeada como um “ataque preventivo” de Israel contra seus vizinhos árabes, após o bloqueio do Estreito de Tiran à navegação israelense), confere ao estado judeu o controle de toda a Terra de Israel sobre a margem oeste do Rio Jordão. Nos anos seguintes, as terras palestinas são amplamente usurpadas para a construção de colônias, estradas, postos militares, ou simplesmente para evitar as construções árabes (LAURENS, 2004)⁶.

A passagem ao século XXI é marcada pela aceleração de eventos que aprofundam o fosso: intifadas (rebeliões populares palestinas, também chamadas de *guerra de pedras*), atentados suicidas em Beirute e em Sderot, a guerra de Gaza, etc. É então que em abril de 2002, após a multiplicação de ataques, o governo israelense decide construir um muro, composto em grande parte por barreiras eletrônicas, contra o terrorismo dentro da Linha de Separação (que separa o lado israelense dos territórios palestinos ocupados), projeto que é aprovado pelo próprio governo em agosto do mesmo ano⁷.

Após anos de negociações, em 2003, o Primeiro-Ministro Ariel Sharon anuncia a retirada integral da Faixa de Gaza. Em agosto de 2005, vinte e cinco colônias são desocupadas (sendo quatro na Cisjordânia), tanto pela polícia quanto pelo exército israelense. Em setembro do mesmo ano, o exército israelense deixa Gaza, pondo fim a trinta e oito anos de colonização. Apesar disso, a tensão entre 2006-2008 com os palestinos ainda continua forte.

A região permanece até hoje, segundo o autor Laurens (2013), o principal teatro do conflito israelo-palestino. Vivenciou mais de onze guerras e insurreições civis. Desde 2012, o território ainda sofre com a *operação de novembro de 2012* (operação militar administrada pelo exército israelense após o assassinato do líder de um grupo extremista) e a guerra de

⁶ Ver anexo 5, p. 53.

⁷ Para maiores informações, conferir o artigo **Legal Consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory**, 2004, disponível em <<http://www.icj-cij.org/docket/files/131/1671.pdf>>.

Gaza de julho-agosto de 2014 (que coloca o Estado de Israel contra diversas forças paramilitares palestinas)⁸.

1.3.2. A Palestina ocupada: de 1948 à atualidade

Para que Israel tivesse um lugar, seria necessário que o outro povo, os palestinos, cedesse o lugar.

Antes de 1948, os árabes muçulmanos partiam do princípio de que a Palestina era sua terra natal, mas, após a Declaração de Balfour, sua identidade passou a ser de cidadãos de uma pátria perdida (MISKÉ *et al.*, 2010. Ep. 3).

A guerra de independência, ou conflito judaico-árabe de 1948-1949, é acompanhada pelo êxodo de cerca de 725 mil árabes palestinos, cuja metade foge das condições de guerra e outra metade é expulsa, à força, pelas tropas israelenses. Essa tragédia será chamada de *Nakba* (catástrofe em árabe). Os palestinos, agora apátridos, encontram refúgio na Cisjordânia, em Gaza, no Líbano e em outros países da região (LAURENS, 2008).

No mundo árabe, os protestos se intensificam e se multiplicam; apesar da sucessão de guerras perdidas, a opinião pública árabe não está pronta a aceitar a existência de Israel. É então que em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, ocorrem mudanças geopolíticas no Oriente Médio: na primeira noite do dia da guerra, metade da aviação árabe é destruída. Israel aproveita a oportunidade para conquistar Jerusalém Oriental, Cisjordânia, a Faixa de Gaza (territórios palestinos que foram passados em 1948 sob ocupação dupla da Jordânia e do Egito), assim como as Colinas de Golã e o Sinai egípcio. Essa ocupação militar, eventualmente, controla toda a vida dos habitantes da Cisjordânia e de Gaza, quase um milhão de pessoas. Toda uma geração de palestinos vai nascer e crescer neste regime dominante que é acompanhado pela anexação de terras palestinas por colonos israelitas (LAURENS, 2008).

A partir da ação terrorista nas Olimpíadas de Munique, em setembro de 1972, após o ataque do grupo Setembro Negro⁹, (onde alguns atletas israelenses são feitos reféns por um grupo de comando palestino que exige a libertação de 234 militantes palestinos presos em Israel), grupos revolucionários palestinos multiplicam os sequestros e atentados. Após várias

⁸ Ver anexo 5, p. 53.

⁹ Setembro Negro era um Grupo ligado à OLP – Organização para a Liberação da Palestina. Embora não seja o intuito de discutir todas as figuras relevantes nos dias de hoje, não se deve esquecer de mencionar a importância política de Yasser Arafat que, de 1969 à sua morte em 2004, foi líder da OLP e primeiro presidente da Autoridade Palestina, a partir de 2002.

derrotas contra Israel, o uso do terrorismo é percebido como legítimo por grande parte da opinião árabe e muçulmana.

Em dezembro de 1987, eclode a primeira Intifada, um movimento espontâneo palestino de revolta contra a ocupação israelense da Cisjordânia e da Faixa Gaza, que dura, após a Guerra dos Seis Dias, cerca de vinte anos. Essa Intifada, acompanhada de sua quota de frustrações e inconformismo decorrentes da colonização do território palestino, opõe jovens e adultos, armados com pedras e outras “armas” simples, contra o exército israelense altamente equipado. Já em setembro de 2000, surge uma segunda Intifada, transformando-se rapidamente em guerra. O governo de Ariel Sharon, na época Primeiro-Ministro israelense, pleiteia em Israel a construção de uma barreira hermética como solução às intrusões terroristas. A barreira protetora continua se expandindo até junho de 2004, quando o Supremo Tribunal de Israel relata a violação dos direitos palestinos e exige uma redefinição do muro em trinta quilômetros. Em julho de 2004, o Tribunal Internacional de Justiça, com apoio da Assembleia Geral da ONU, estabelece, por sua vez, que se trata de uma violação dos direitos internacionais (PAPPÉ, 2004).

Graças a intensas, complicadas, demoradas, mas razoavelmente bem sucedidas negociações entre os dois povos (intermediados por outros atores internacionais), a colonização da Faixa de Gaza acaba, em setembro de 2005, após trinta e oito anos de ocupação. A saída dos últimos soldados israelenses é um marco no futuro do Oriente Médio. A retirada de Gaza, a destruição de várias colônias na Cisjordânia, assim como a construção do muro de segurança (o muro do apartheid¹⁰), considera as fronteiras de um futuro Estado palestino e tranquiliza os israelenses sobre as fronteiras seguras (COURBAGE, 2008).

No entanto, em janeiro de 2006, ocorrem as eleições legislativas palestinas. Espanto e medo do futuro substitui o otimismo da recente retirada israelense de Gaza. Apesar dos esforços de paz de Mahmoud Abbas (Presidente da Autoridade Palestina) e da retirada israelense de Gaza, o povo palestino elege massivamente o partido Hamas (partido islâmico que não reconhece Israel e apela à sua destruição). Os Estados Unidos, em seguida, decide congelar seu suporte financeiro ao governo palestino até que o Hamas reconheça Israel como Estado e renuncie a seu projeto de destruição total do Estado hebraico, gerando, consequentemente, fortes tensões entre palestinos e israelenses ao longo dos anos.

¹⁰ Esse termo é utilizado por Bradley Burston, um convicto jornalista sionista e ardente defensor de Israel, em seu artigo intitulado **Il est temps de l'admettre: la politique intérieure d'Israël est l'apartheid**, que constata, com desapontamento, que o regime israelense é realmente o de Apartheid. Este artigo se encontra disponível em <<http://www.ujfp.org/spip.php?article4351>>.

Até hoje, o conflito israelo-palestino permanece vivo. Afinal, judeus e árabes mulçumanos continuam se vendo como “inimigos por natureza”.

II. OS REFLEXOS DO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO

O conflito israelo-palestino, como qualquer outro conflito, produziu impactos em ambas as sociedades. O objetivo deste capítulo é analisar tais impactos, tanto no plano geopolítico quanto no plano social, assim como no plano econômico.

2.1. DIMENSÕES GEOPOLÍTICAS

As relações entre palestinos e israelenses, do pós II Guerra Mundial, são marcadas por mais de 60 anos de convívio, conflito, guerra, ódio, desconfiança e negociações, algumas exitosas e muitas fracassadas. Durante décadas, o sofrimento se acumulou e o caminho à paz parece cada vez mais longe e tortuoso.

A Palestina foi dividida devido à criação do Estado de Israel em 1947, através da Resolução nº 181, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, visando estabelecer um plano de partição entre um Estado judeu – que ocuparia 55% do território da Palestina –, um Estado árabe – que ocuparia 44% das terras –, e uma zona internacional – com 1% incluindo Jerusalém e os Lugares Santos. (UNITED NATIONS, 1947). Esta zona se tornou, ao longo dos anos, o campo de batalha de várias forças militares e políticas. As forças regionais, assim como as potências ocidentais, influenciam e intervêm constantemente na vida da população palestina e israelense. As vozes da diplomacia e em prol da negociação são, assim, cobertas pelo choque de armas. A força e a violência tornam-se o argumento final e o sofrimento diário desse povo (DAVID, 2012).

2.1.1. Israel e a política colonialista

Durante a Assembleia Geral da ONU em 1988, Yasser Arafat reconhece a existência de Israel, condena “o terrorismo em todas as suas formas” e aceita o direito internacional (promovido por resoluções das Nações Unidas).

Na cena internacional, após a Guerra do Golfo no início dos anos 90, o presidente Bush lança, com o seu homólogo russo, uma primeira conferência de paz em Madrid. Este evento será a fonte de uma longa série de negociações entre o governo de Israel e a OLP (L'EXPRESS, 2013), como veremos a seguir.

Em setembro de 1993 são assinados os acordos de Oslo (primeiro evento histórico onde as partes envolvidas do conflito se dão as mãos, em presença do presidente americano Bill Clinton)¹¹, cujos planos em causa visam o reconhecimento mútuo entre Israel e a OLP, um retorno à Palestina de líderes desta organização, uma retirada parcial do exército israelense de certos territórios, a criação de uma Autoridade Palestina (AP) e a divisão da Cisjordânia em várias áreas de controle (L'EXPRESS, 2012; L'EXPRESS, 2013).

Pequenos avanços, no entanto, serão conquistados, como evidenciados pelo Acordo de Paris de 1996, que lida com questões econômicas entre os dois beligerantes, e pelo Tratado de Paz entre Israel e a Jordânia em outubro do mesmo ano. Para permitir que os acordos de Oslo sejam implementados, um acordo adicional foi assinado em Wye River, em 1998. O objetivo deste acordo concentra-se em uma retirada israelense parcial em 13% do território ocupado da Cisjordânia em troca de um compromisso palestino para lutar contra os movimentos terroristas. Os acordos de Sharm-el-Sheikh, assinados pelo primeiro-ministro de Israel, Ehud Barak, e pelo líder palestino Yasser Arafat, em setembro de 1999, permitiram que os palestinos recuperassem o controle de 7% da Cisjordânia. Já em 2000, foi realizada em Washington, na presença do presidente americano Bill Clinton, a cúpula para a paz no Oriente Médio (conhecida como *Camp David*), onde Ehud Barak e Yasser Arafat tentam retomar as negociações de 1976 (segundo evento histórico entre as partes)¹², porém, as duas partes não conseguem encontrar soluções ao conflito (L'EXPRESS, 2012; L'EXPRESS, 2013)¹³.

Em abril de 2003, uma nova moção é proposta pelo Quarteto (Estados Unidos, Rússia, ONU e UE) a fim de alcançar uma paz duradoura entre Israel e Palestina, exigindo a cessação de todas as formas de agressão terrorista palestina contra Israel, e o reconhecimento deste último de um Estado independente palestino. Contudo, após ataques terroristas palestinos, Israel continua a construir o “muro de segurança” que separa os dois povos, distanciando futuros acordos de paz. Por fim, a União Europeia, a Assembleia Geral da ONU e a Corte Internacional de Justiça (CIJ) acabam condenando fortemente tal construção¹⁴.

Durante o ano de 2006, após a tomada de posse do novo parlamento palestino dominado pelo Hamas, o governo israelense decide impor sanções econômicas contra a Autoridade Palestina. É assim que a Tsahal (Exército Nacional de Israel) realiza duas

¹¹ Ver anexo 1, p. 51.

¹² Ver anexo 2, p. 51.

¹³ Ver anexo 5, p. 53.

¹⁴ A União Europeia (UE) elaborou uma resolução solicitando a descontinuação da construção do muro, que foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 21 de outubro de 2003. A CIJ, por sua vez, emitiu seu parecer em 11 de julho de 2004, declarando sua contradição com o direito internacional.

operações militares na Faixa de Gaza (operação *Punição Adequada* e operação *Chuvas de Verão*), onde muitas infraestruturas são destruídas (L'EXPRESS, 2013).

O ano de 2007, por sua vez, foi marcado pela conferência internacional em Annapolis, nos Estados Unidos, onde o Primeiro-Ministro israelense Ehud Olmert e o novo chefe palestino Mahmoud Abbas se comprometem a concluir um tratado de paz antes do final de 2008. No entanto, este tratado de paz não será concretizado, dado que em fevereiro de 2008, uma nova ofensiva militar israelense contra a Faixa de Gaza (após o Hamas ter assumido o controle total do território em junho de 2007) tenta deter o lançamento de foguetes a partir do território palestino. Depois de meses de mediação egípcia, um cessar-fogo foi alcançado em junho entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza. O final de 2008 e início de 2009 são marcados, então, por essa ofensiva israelense em Gaza, quando o cessar-fogo é anunciado por Israel e também decretado pelo Hamas, que deu a Israel uma semana para que seu exército se retirasse da Faixa de Gaza (L'EXPRESS, 2013).

Em fevereiro de 2009, na sequência da vitória das eleições israelenses, Benyamin Netanyahu é encarregado de formar um governo. Porém, é após essas eleições que uma investigação é feita pela ONU (também conhecida como o *caso Goldstone*) sobre sua ofensiva contra a Faixa de Gaza, o que poderia ser constituída como um “crime de guerra de maior magnitude”. Segundo este relatório, escrito pelo juiz sulafricano Richard Goldstone, Israel fez uso desproporcional de sua força e violou o direito internacional humanitário durante sua ofensiva na Faixa de Gaza (UNITED NATIONS, 2009).

Durante esse mesmo ano, na véspera de uma missão planejada do enviado especial americano a Israel, George Mitchell, o governo israelense decide infligir todas as leis da ONU ao anunciar a construção de novos assentamentos¹⁵. Tendo declarado em 25 de novembro um congelamento parcial de dez meses em assentamentos na Cisjordânia, o Primeiro-Ministro decide, ademais, incluir os assentamentos entre as áreas prioritárias de investimento (L'EXPRESS, 2013).

Em março de 2010, Israel volta a anunciar a construção de 1.600 novos alojamentos em Jerusalém Oriental, em plena visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que é suposto a relançar o processo de paz. No entanto, as negociações diretas de paz entre israelenses e palestinos só foram retomadas em setembro deste ano, negociações estas que

¹⁵ Desde o início da década de 70, Israel constrói colônias nos territórios árabes palestinos e outros territórios ocupados em 1967. Em 1979, o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral tomaram medidas a respeito do estabelecimento de tais colônias israelenses nos referidos territórios ocupados, considerando esta política de assentamentos inválida em lei, trazendo um obstáculo grave ao alcance de uma paz geral, justa e duradoura no Oriente-Médio.

estavam suspensas desde dezembro de 2008. Sob pressão internacional, Israel anuncia, portanto, a atenuação do embargo de Gaza sobre os bens “para uso civil”. Já os materiais de construção, suscetíveis à utilização para “fins militares”, permanecem sob embargo.

Com o passar dos anos, enquanto o lançamento de foguetes a partir da região de Gaza não tem fim, o exército israelense lança, em novembro de 2012, a operação *Pilar de Defesa* contra Gaza. Já em 2013, enquanto os representantes do lobby dos colonos estão presentes em força no governo, Israel retoma, sob proteção dos Estados Unidos, as negociações diretas com os palestinos, congeladas após três anos.

Segundo o relatório de *B'Tselem* (2010)¹⁶, o sistema que Israel adota como ferramenta para avançar seus objetivos políticos permite a violação sistemática dos direitos humanos palestinos. Cerca de 500 mil israelenses vivem hoje além da Linha Verde: mais de 300 mil em 121 assentamentos e em cerca de 100 postos avançados, o todo controlando 42% do território da Cisjordânia, e outros 200 mil, em 12 bairros, que Israel criou em terras palestinas anexadas ao município de Jerusalém¹⁷.

2.1.2. Palestina e a política de opressão

A OLP, durante a 19ª sessão do Conselho Nacional Palestino (CNP) em Argel em 1988, declara a independência de um Estado palestino com base nas resoluções da ONU. Esta declaração não será reconhecida ao nível multilateral, mas alguns países reconhecerão o novo Estado de forma unilateral. Porém, os diferentes textos formulados durante a sessão do CNP não serão totalmente aplicados em teoria por causa do aumento da violência e do radicalismo de ambos os lados – massacre de 29 palestinos por um colono em Hebron em fevereiro de 1996, primeiro ataque suicida reivindicado pelo Hamas em abril, etc. (L'EXPRESS, 2012).

Na sequência dos acordos de Sharm-el-Sheikh, assinado pelo Primeiro-Ministro de Israel e Yasser Arafat, as tropas israelenses se retiraram de uma parte da Cisjordânia em setembro de 1999. No entanto, é com a chegada de Ariel Sharon no poder, que se percebe um aumento do radicalismo político em Israel. Vários eventos o provam, como o confinamento de Arafat na Muqata (sede do Estado-chefe palestino em Ramallah), assim como o fato de ele ser

¹⁶ A organização israelense de direitos humanos *B'Tselem* examina, em seu relatório **By Hook and by Crook: Israeli Settlement Policy in the West Bank** (2010), os meios utilizados por Israel para assumir o controle da terra a fim de construir suas colônias. Na elaboração de seu relatório, *B'Tselem* se baseou em informações e documentos oficiais do Estado, incluindo o relatório da procuradora Talia Sasson, os bancos de dados fornecidos pelo general Baruch Spiegel, os relatórios da Controladoria Financeira do Estado, e os mapas da Administração Civil.

¹⁷ Ver anexo 5, p. 53.

impedido de realizar viagens; a operação *Escudo Defensivo*, liderada pela Tsahal, em março de 2002, que teve como objetivo lutar contra o terrorismo palestino anexando cidades do território ocupado; o início da construção do muro de separação entre Israel e a Cisjordânia em meados de 2002; a execução extrajudicial de Salah Chehadeh, um ex-chefe militar do Hamas, etc. (L'EXPRESS, 2012).

Enquanto isso, no cenário político palestino, Yasser Arafat se vê forçado a nomear Mahmoud Abbas como chefe de governo, em resposta às pressões dos Estados Unidos e de Israel. Após a morte de Yasser Arafat, em 11 de novembro de 2004¹⁸, Mahmoud Abbas se torna chefe da Autoridade palestina (AP). Já em 2006, esse cenário político sofre drásticas mudanças, visto que o Hamas ganha as eleições legislativas de 25 de Janeiro. Imediatamente, Israel declara recusar-se a querer continuar as negociações com uma “organização terrorista armada que advoga a sua destruição”. As relações com a União Europeia e os Estados Unidos também congelaram, apesar da transparência dessas eleições – o problema alegado por estes Estados é que o grupo vitorioso não seria adepto à negociação. A decisão de parar de retribuir com o pagamento de impostos aduaneiros de Israel à Palestina (no âmbito do acordo de Paris de 1996) e a suspensão da ajuda da União Europeia à AP, em abril de 2006 (desde que o Hamas não parasse todas as formas de violência e que acabasse por reconhecer o Estado de Israel), são forte exemplos. Assim, a necessidade de formar um governo de unidade nacional é essencial para que a AP possa voltar a se beneficiar de tais recursos monetários. O acordo sobre a formação do governo de unidade nacional se concretiza, então, em Riyadh em fevereiro de 2007 (L'EXPRESS, 2012).

No entanto, a vida política palestina só permanecerá em equilíbrio por pouco tempo. Na verdade, a partir de junho de 2007, confrontos eclodem entre o Hamas e o Fatah¹⁹ (ou conflito Fatah-Hamas²⁰) na Faixa de Gaza, concedendo ao Hamas o controle total do território naquele mesmo mês. Mahmoud Abbas (então líder da OLP) declara, em seguida, estado de emergência e faz apelo a Salam Fayyad para formar um governo de transição na Cisjordânia. As ajudas financeiras europeia e americana são, assim, restauradas. Em 2008, após a conferência internacional em Annapolis, que se compromete a concluir um tratado de paz,

¹⁸ Sobre Yasser Arafat, ver o artigo de ZAMBEAUX (2005), em que Arafat é apresentado como um líder entre extremos.

¹⁹ Movimento de libertação nacional que surgiu no final dos anos 50 e início dos anos 60, e que, ao longo do tempo, tornou-se a principal força do nacionalismo palestino. É a maior organização dentro da OLP (que é composta por várias organizações), e tem sido a espinha dorsal do estabelecimento da Autoridade Palestina sob os Acordos de Oslo, em 1993.

²⁰ Ambas as organizações disputam desde 1987 para a legitimidade da liderança palestina. Apesar de um objetivo em comum (o reconhecimento de um Estado palestino), elas não conseguem negociar uma estratégia comum de ação.

Khaled Meshaal, líder exilado do Hamas, anuncia que a trégua com Israel não será renovada este ano, devido ao bloqueio contínuo da Faixa de Gaza (L'EXPRESS, 2012).

Em 2009, após o *caso Goldstone*, que acusa Israel de “crimes de guerra” e de possíveis “crimes contra a humanidade”, a comunidade internacional promete investir na reconstrução de Gaza devastada pelos 22 dias de bombardeios israelenses. Após ajudas internacionais, Mahmoud Abbas convoca, em outubro deste ano, eleições legislativas e presidenciais para janeiro de 2010, eleições que serão fortemente rejeitadas em Gaza, deixando à Autoridade Palestina a única opção de adiar tais eleições por tempo indeterminado (RFI, 2009).

Após anunciar a atenuação do embargo de Gaza em junho de 2010, Israel, sob pressão internacional, retoma as negociações de paz com os palestinos. Esses estão abertos “sem restrições”, posição desejada por Israel e aceita por Mahmoud Abbas que, sob pressão americana, renuncia a exigir de Israel a aceitação de um Estado palestino dentro das fronteiras de 1967, e renuncia também a exigir a interrupção das atividades de colonização na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental (L'EXPRESS, 2012).

Em seguida, os anos 2011-2012 serão marcados por eventos que irão mudar o cenário político palestino. Durante um discurso no Departamento de Estado, em maio de 2011, Barack Obama se pronuncia a favor da criação de um Estado palestino baseado nas fronteiras de 1967, retificadas pela troca de territórios negociados. É com base nesse apoio que Mahmoud Abbas afirma, no mês seguinte, em uma reunião da liderança palestina em Ramallah, sua determinação a reivindicar o estatuto de membro de pleno direito a seu Estado à ONU. No entanto, tendo apresentado em setembro um pedido de adesão de um Estado palestino às Nações Unidas, a Autoridade Palestina não tem apoio suficiente dos países membros do Conselho de Segurança. Mas em outubro do mesmo ano a AP recebe o status de membro de pleno direito pela Unesco. É assim que em 29 de novembro de 2012, apesar da oposição dos Estados Unidos e de Israel, e também da abstenção de alguns países europeus, a Palestina recebe o status de Estado observador não-membro por um voto da Assembleia Geral das Nações Unidas. Em seguida, em 2 de dezembro, o governo israelense responde a essa adesão anunciando que um investimento que deveria ser transferido à AP neste mês seria bloqueado, e informa também a intenção de construir mais 3 mil unidades habitacionais na Cisjordânia ocupada e em Jerusalém Oriental. Estas medidas geraram forte resistência em Israel e a desaprovação no mundo ao longo dos anos (LE POINT, 2012).

Apesar de sua política se ver constantemente oprimida, é em setembro de 2015 que a bandeira da Palestina é elevada pela primeira vez na sede da ONU: suas cores voando pela primeira vez em Nova York, juntamente com as outras 193 bandeiras dos países membros da ONU, marcam um passo simbólico no processo de reconhecimento da Palestina, atualmente um dos dois Estados observadores não-membros da ONU, juntamente com o Vaticano (LE CAIN, 2015)²¹.

2.2. DIMENSÕES SOCIAIS DA SEPARAÇÃO

Desde os anos 90, vários políticos israelenses, como Yitzhak Rabin e seu governo trabalhista, defendiam a ideia de uma separação física dos palestinos para evitar a multiplicação de atrito entre as duas populações. É neste contexto que Rabin²² estabelece uma comissão para discutir a forma de concretizar uma barreira entre israelenses e palestinos (ISRAEL, 2004).

Na sequência de um ataque à bomba em Tel Aviv, em 2001, e da segunda Intifada (onde vemos uma proliferação de ataques de palestinos contra civis israelenses), organizações civis exigem em Israel uma barreira hermética como solução para intrusões terroristas.

O governo de Ariel Sharon, inicialmente relutante, eventualmente aceita o projeto com o fim de proteger os principais centros populacionais israelenses, tornando hermética a Linha Verde de 1949, que delimita o território disputado da Cisjordânia. Em seguida, ele também trata de defender o traçado dessa futura separação, via os blocos de implantações judaicas no leste de Jerusalém, além da Linha Verde, como Ariel, Gush Etzion, Emmanuel, Karnei Shomron, Givat Ze'ev, Oranit, e Maale Adumim (ISRAEL, 2004).

O traçado continua a evoluir até que a decisão de 30 de junho de 2004, do Supremo Tribunal de Israel, relata uma violação dos direitos dos palestinos e exige a redefinição do Muro, legalizando, ademais, a validade fundamental da construção como uma medida de segurança. Em 9 de julho de 2004, o Tribunal Internacional de Justiça, consultado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, estabelece, por sua vez, que se trata de uma violação do direito internacional (UNITED NATIONS, 2005).

A pedido de palestinos, de israelenses, de europeus e da Suprema Corte de Justiça, o traçado se vê modificado várias vezes em 2004 e 2005. No entanto, a ocupação da Cisjordânia

²¹ Ver Anexo 3, p. 52.

²² Após uma carreira no exército israelense, Yitzhak Rabin tornou-se o quinto Primeiro-Ministro de Israel, de 1974 à 1977, e novamente em 1992 à 1995.

feita por Israel continua a aumentar, chegando, em 2005, a 8,5 % do seu território, com 27.520 palestinos no lado da Cisjordânia, ocupada por Israel. De acordo com Jean-François Courbe (2005), se os palestinos estão sujeitos a uma repressão permanente e quase sistemática, a população israelense vive com medo e se fecha nela mesma. As relações fronteiriças em todo o Estado de Israel revelam, portanto, uma especial atenção à questão do Muro e aos seus assentamentos, que participam da dinâmica social desses dois povos.

Esse medo constante e a repressão permanente são frutos da escolha feita por grupos e também governos de ambos os lados, que tentam resolver o conflito com radicalismo, deixando a negociação com foco no acordo em segundo plano.

2.2.1. A construção do muro como negação à esperança da paz e pela negociação: do desmembramento ao Apartheid

Em junho de 2002, Israel decide construir um muro ao longo da Linha Verde entre a Cisjordânia e Israel, tendo como objetivo oficial a segurança dos israelenses. O crescente número de ataques suicidas no final de setembro de 2000 e o início da segunda Intifada justificam essas medidas de segurança. Durante esses ataques, o governo de Israel perde mais de mil pessoas mortas. Para Israel, isso é “mais de mil razões para construir o muro”. Além disso, quando se alega que o traçado do muro inclui alguns assentamentos israelenses (como os assentamentos *Ariel* e *Emmanuel*) ou que inclui grandes zonas-tampão entre a barreira e as principais cidades israelenses, o Estado Hebraico afirma que a barreira é unicamente securitária, em nenhum caso político, e que estas lacunas atribuem a Israel mais tempo para reagir em caso de um “terrorista” cruzar o muro a fim de realizar um ataque (Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel, 2004). A construção desse muro é, então, acolhida por muitos israelenses como uma resposta à violência e insegurança em que vivem, visto que as barreiras que existiam anteriormente entre Israel e a Cisjordânia não eram mais suficientes para garantir a segurança do Estado e da população (COURBE, 2005).

Medindo 730 km²³, o traçado seguido pela barreira é bem complexo. Se estendendo ao longo da Linha Verde, ele penetra profundamente dentro da Cisjordânia, incorporando assentamentos judaicos. Cerca de 20% do percurso estão implantados precisamente na Linha Verde, e o restante invade o território da Cisjordânia, abrangendo a maioria dos assentamentos israelenses, bem como grande parte dos maiores poços da região (B'TSELEM,

²³ Ver anexo 4, p. 52.

2011). Em um relatório de 2005, a ONU enfatizou que a rota do muro oferece mais segmentos construídos na Linha Verde, se comparado com os projetos anteriores do traçado (UNITED NATIONS, 2005)²⁴.

Ainda de acordo com este relatório da ONU, neste movimento de construção do Muro, deve-se notar que muitas áreas são de fato anexadas, já que, como visto anteriormente, o traçado vai muito além da rota da Linha Verde. Assentamentos sionistas nos blocos da Cisjordânia também são incluídos por trás da barreira, e áreas importantes em termos da superfície da Cisjordânia encontram-se negadas ao acesso palestino. Às vezes, cidades ou bairros inteiros são reduzidos à metade, dividindo os palestinos em ambos os lados do Muro.

A colonização de territórios (normalmente atribuídos a palestinos, tal como previsto nos textos internacionais)²⁵ é um fato que se impõe pela força sobre a população palestina, sendo um forte ato de apropriação que os colonos israelenses impõem à população palestina, dando origem, em seguida, a um processo de resistência, a expulsões forçadas e a separação da população (COURBE, 2005).

2.2.2. Uma barreira na Palestina

Nos territórios palestinos ocupados (TPO), quase todos os aspectos da vida são controlados por políticas militares israelenses (UNITED NATIONS, 2013). Estas políticas não só restringem o movimento como também isolam e constroem a população civil de várias formas. A implantação de colônias, que se refere neste contexto de prevenir parcial ou totalmente os moradores palestinos de entrar ou sair de uma determinada área, enquanto isola outras partes da Cisjordânia, é marcada por bloqueios, toques de recolher regulares, pontos de verificação, cercas elétricas e muros, além de outros obstáculos que afetam a normalidade da vida diária palestina. A Faixa de Gaza também sofre essas restrições, especialmente desde o embargo imposto depois que o Hamas foi eleito em 2006, sendo fortemente vigiada pelo Egito e por Israel, que controla seu espaço aéreo e suas águas territoriais. É extremamente difícil mover pessoas e/ou mercadorias dentro ou fora dos TPO, fato que gera efeitos devastadores sobre a economia palestina, enfraquecendo a sua infraestrutura e instituições (B'TSELEM, 2014).

²⁴ Ver anexo 5, p. 53.

²⁵ Muitos dos aspectos da ocupação e colonização israelenses violam o direito internacional e o direito internacional humanitário. As mais notáveis são as violações da Quarta Convenção de Genebra, como as violações aos artigos 27, 39, 56, 59, etc. (Ver CICR, sd).

O Muro que Israel começou a construir em 2002 é composto por uma série de oito metros de concreto, trincheiras, arame farpado, cercas eletrificadas, numerosas torres de vigia, câmeras de vídeo térmicas de imagem e estradas para veículos de patrulha. No entanto, afirmando que essa barreira foi construída para proteger Israel de ataques e que esta seria uma estrutura temporária, a OCHA (*Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*) derruba tal argumento, comentando em 2008 que “o que uma vez foi justificada pelas autoridades israelenses como uma resposta militar a curto prazo (...) parece estar tornando um sistema permanente” (UNITED NATIONS, 2008).

A barreira tem assim reduzido o acesso de palestinos que vivem em comunidades localizadas atrás do Muro aos seus locais de trabalho e serviços essenciais. Para continuar a viver nas suas próprias casas e manter relações familiares e sociais com o resto da Cisjordânia, eles devem obter licenças ou “autorização prévia” e passar por pontos de verificação da barreira. O acesso de prestadores de serviços a essas comunidades, incluindo ambulâncias e bombeiros, tem sido bastante prejudicado. Os meios de subsistência de milhares de famílias baseadas na agricultura têm sido prejudicados devido ao regime de autorização e barragem, que restringem o acesso a terras agrícolas atrás da barreira. Pedidos de autorização são regularmente rejeitados ou porque agricultores palestinos não conseguem provar a sua “ligação à terra”, ou por razões de segurança. O Muro não só restringe severamente a capacidade dos agricultores palestinos de cuidar e colher suas safras, como também prejudica a venda de seus produtos (UNITED NATIONS, 2008).

A barreira também transformou a geografia, a economia e a vida social dos palestinos que vivem em Jerusalém Oriental, bem como a vida das pessoas que residem na área metropolitana mais ampla. Bairros, subúrbios e famílias foram separados uns dos outros do centro urbano, e as comunidades rurais separadas de suas terras na periferia de Jerusalém. O cotidiano dos palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza está cheio de luta e restrições, uma vida sob colonização e ocupação. Essa barreira restringe severamente a liberdade civil entre Gaza e Cisjordânia, assim como em outros territórios. A falta de liberdade de movimento leva ao carecimento de serviços básicos, como assistência médica e educação, e assim por diante.

2.3. DIMENSÕES ECONÔMICAS DA OCUPAÇÃO PROLONGADA

Não foi sempre evidente aos economistas como situar a ocupação israelense da Cisjordânia e da Faixa de Gaza dentro de uma perspectiva analítica de colonização, já que a

estrutura legal internacional que regula a ocupação procura impedir uma relação colonial de desenvolvimento. A perspectiva de colonização é analiticamente útil à sua capacidade de explicar as causas do “desenvolvimento” em ambas as economias. Acima de tudo, essa perspectiva é particularmente sagaz ao mostrar como israelenses e palestinos são incorporados em uma relação dinâmica de dominação que continua a evoluir, e que tem até agora impedido qualquer solução viável do conflito.

2.3.1. Economia de colonização israelense

Hassan Saleh (1990) enquadra a atividade de assentamentos de Israel em uma narrativa geopolítica, empregando também o fator econômico. Ele afirma que os assentamentos que começaram como uma defensiva temporária após a Guerra de 1967 tomaram conta da política israelense nos 20 anos que se seguiram, tornando-se claro que o objetivo a longo prazo da expansão colonial foi “absorvendo terras da Cisjordânia pelo enfraquecimento das ligações econômicas” do palestinos. Saleh também examina os principais aumentos de colônias na sequência de uma série de guerras e conflitos, vendo a interferência econômica como um meio para atingir os objetivos gerais do projeto de colônias, que ele define como religioso, histórico, securitário, político e econômico.

De acordo com Farsakh (2005), Israel não só constrói seu próprio arsenal econômico no território ocupado, como também impede intencionalmente o desenvolvimento da economia palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, através de uma complicada série de restrições à circulação e leis de comércio arbitrárias. Ela também afirma que Israel toma estrategicamente terras economicamente férteis, o que contribui fortemente com a economia do Estado.

Os argumentos de Saleh e Farsakh têm uma interseção interessante no uso de uma lente econômica para explicar o conflito: por expulsar os palestinos de áreas de importância econômica, enquanto divide e controla sua população, Israel consegue revigorar sua própria base econômica restringindo a dos palestinos, o que favorece o aumento de seu poder como um Estado, como também ganha uma vantagem no tumultuado Oriente Médio. Assim, o fator motivador primário de Israel em seu projeto de assentamentos contínuo é econômico.

A implantação de colônias começa logo após a Guerra dos Seis Dias, com a presença militar rudimentar no território ocupado. Israel sobe, então, rapidamente na escala econômica a partir de suas raízes agrárias, produção de tecnologia rudimentar e armas. No entanto, está

em desvantagem em termos de terra e população. Embora o acúmulo de capital que permite que a expansão industrial de Israel seja artificialmente rápida, já que o estado tem um grande apoio de investimento dos Estados Unidos e da Europa, o território carece de água, de terras e de recursos minerais. Como retrata a história, a água era mais acessível no centro da Cisjordânia. Com terras e infraestrutura no local garantidas, Israel povoa o território, adicionando uma dimensão suplementar à sua presença (HALÉVI, 2012).

Nesse meio tempo, o afluxo de imigrantes judeus continua. De acordo com Halévi (2012), Israel começa a usar a Cisjordânia como um meio de encorajar a imigração judaica, muitas vezes dando assistência habitacional e emprego aos imigrantes mais pobres. Com isso, o governo tem uma razão plausível para desenvolver sua economia nesses territórios ocupados. Israelenses agora se beneficiam da Cisjordânia para a agricultura, a indústria, o turismo, a mão de obra barata, e a mineração. Ainda de acordo com este autor, as políticas israelenses vêm cada vez mais permitindo esses cidadãos tirar proveito de tais recursos.

Para combater a escassez de trabalho pouco qualificado nos TPO, os israelenses começam a dar licenças aos palestinos para trabalhar em Israel. Os palestinos, então, passam a ganhar menos que seus homólogos israelenses; como destaca Saba (2013), em Israel, os árabes são cidadãos de segunda classe, o que pode ser constatado pelo fato de o PIB per capita entre a população judia ser três vezes maior do que entre os árabes. Enquanto as restrições sobre as culturas, a construção, a liberdade de movimento e o uso de água tornam a economia palestina na Cisjordânia menos viável, a mão de obra barata fornece retornos mais elevados sobre as exportações agrícolas israelenses. O emprego torna-se, portanto, uma expressão flagrante de subjugação econômica (GORDON, 2008).

No entanto, a economia de ocupação tem sido colonial na medida em que foi baseada em um sistema de integração econômica que fez a economia e o trabalho dos TPO dependentes da demanda e regulamentos israelenses. Enquanto a ocupação israelense não foi conduzida com a finalidade de exploração econômica, foi estruturada de forma a garantir a dominação econômica e territorial de Israel (FARSAKH, 2005).

2.3.2. Restrições econômicas que confrontam os territórios palestinos

A ocupação militar israelense do território palestino impõe um preço exorbitante à economia palestina. Restrições impostas por Israel impedem os palestinos de ter acesso a grande parte de sua terra e a operar a maioria dos seus recursos naturais; eles isolam os

palestinos dos mercados globais e fragmentam seu território em pequenos “cantões” não contínuos. Conforme publicado pelo Ministério Nacional da Palestina (2011), estas restrições são o principal obstáculo para qualquer perspectiva de uma economia palestina sustentável.

Sabendo disso, e apesar da escassez de dados e os desafios de uma tarefa de tal magnitude, o Ministério da Economia Nacional Palestina, em parceria com o Instituto de Pesquisa Aplicada em Jerusalém (Arij), realiza a primeira quantificação sistemática dos custos anuais impostos pela ocupação na economia palestina. Os principais resultados desta análise são apresentados nesse boletim informativo, que tenta quantificar os custos das restrições israelenses sobre a economia palestina.

Segundo esse boletim, muitas dessas restrições estão em vigor desde o início da ocupação de 1967, e refletem uma atitude colonial inalterada de Israel, que teve como objetivo explorar os recursos naturais palestinos (incluindo a terra, a água e os recursos minerais) em benefício de sua própria economia. Esta política de “exploração” é adicionada ao desejo de Israel de impedir a concorrência palestina com interesses econômicos israelenses. Essa atitude foi resumida por Yitzhak Rabin, quando ele ocupou o cargo de ministro da Defesa de Israel, em 1986: “Não haverá desenvolvimento iniciado pelo Governo de Israel, e nenhuma autorização será concedida à expansão agrícola ou industrial que possa competir com o Estado de Israel” (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, 1986). Encontra-se ainda nessa política uma série de barreiras relacionadas com a alfândega, com o transporte e com a infraestrutura, que vêm impedindo o desenvolvimento de um setor competitivo palestino e um comércio com parceiros não israelenses.

Ainda de acordo com o boletim, os enormes custos do bloqueio de Gaza são determinados por uma miríade de restrições impostas por Israel, como o encerramento quase total do comércio internacional, a interrupção da produção de eletricidade, o acesso limitado aos recursos marinhos e o bombardeio contínuo da infraestrutura. Estas restrições têm levado a um colapso da economia, cuja curva de crescimento divergiu da Cisjordânia desde 2006. As restrições de acesso à água nos TPO e ao acesso de recursos naturais privam os palestinos de maiores fluxos de receitas associadas às atividades econômicas. Isso inclui a expansão da agricultura irrigada, a extração de sais e minerais do Mar Morto (inacessível aos palestinos enquanto for explorada por empresas israelenses), cascalheiras e pedras preciosas disponíveis na Cisjordânia, exploradas principalmente por Israel, e o desenvolvimento do campo de gás ao largo da costa de Gaza. Da mesma forma, a falta de acesso ao Mar Morto faz com que seja

impossível desenvolver uma indústria de turismo palestino com grande potencial ao longo de suas costas.

A ocupação não mantém somente a economia palestina num nível muito baixo, como também retarda seu equilíbrio fiscal, reduzindo, segundo o Ministério Nacional da Palestina, suas receitas fiscais de duas maneiras: através da prevenção eficiente de cobrança de impostos, principalmente devido à proibição da Autoridade Palestina de operar nas fronteiras internacionais; e indiretamente, através da redução do tamanho da economia palestina e, por conseguinte, de sua base de receitas fiscais.

III. QUESTÕES DISCUTIDAS DURANTE AS NEGOCIAÇÕES

Para entender o contexto e as lições das negociações, é importante analisar as questões que estavam sendo discutidas. A Declaração de Princípios que lançou o processo de Oslo foi assinada em 1993, delineando as duas fases para novas negociações entre Israel e a OLP: a primeira fase, destinada a durar não mais do que cinco anos, envolveu acordos adicionais enquanto Israel se retirava de parte da Cisjordânia, conferindo aos palestinos uma maior responsabilidade de autogoverno. A segunda fase, por sua vez, implicaria um acordo final sobre todas as questões pendentes, levando a uma solução permanente do conflito. Essas negociações sobre as chamadas "questões de status final" – questões sensíveis que continuam em litígio entre as partes – eram para começar, no mais tardar, no início do terceiro ano do período provisório (ISRAEL, 1993).

Como anteriormente visto, por três vezes as partes se reuniram para negociar de uma forma sustentada sobre estas questões: o processo de Camp David em 2000-2001, o processo de Annapolis em 2007-2008, e as negociações de 2013-2014. Infelizmente, as partes ainda não conseguiram chegar a um acordo sobre tais questões, que continuam sendo os principais pontos de discórdia.

O que se segue é uma breve revisão das principais questões negociadas que continuam não resolvidas, isto é, uma “melhor estimativa” do que as partes defendem. Também são descritas algumas das propostas apresentadas por intermédio dos Estados Unidos, sendo a mais notável os *Parâmetros Clinton*, proposta pelo presidente Bill Clinton para ambas as partes em 2000 (THE WHITE HOUSE, 2000), e que permanece hoje a articulação pública mais detalhada de um presidente dos Estados Unidos sobre o que um acordo final pode incluir.

3.1. TERRITÓRIO

A posição da OLP é a de que o novo Estado palestino deve basear-se no território controlado pelo Egito e pela Jordânia antes de 1967, quando a guerra começou e Israel tomou o controle da Cisjordânia e de Gaza. Os palestinos argumentam que deve haver apenas trocas mínimas de território, através do qual Israel receberia alguma terra que se encontra do lado palestino das fronteiras de 1967, e que é, hoje, habitada por israelenses. Em troca disso, o novo Estado da Palestina receberia o território desabitado, de igual tamanho e valor, no lado

israelense das linhas de 1967, o que possibilitaria maximizar suas terras e garantir sua contiguidade (ARSHAD, 2011).

Anteriormente, representantes de partidos de esquerda e de centro de Israel realizaram negociações com base nas fronteiras de 1967, porém houve uma forte oposição dos partidos de direita a tal formulação (LIS, 2013). Negociadores israelenses geralmente buscam minimizar o número de colonos que teriam de ser deslocados em qualquer acordo. Tendo uma visão mais ampla do território que Israel precisa anexar na Cisjordânia, tais negociadores argumentam que a necessidade de Israel, de construir fronteiras defensáveis, requer maiores concessões territoriais por parte dos palestinos (CHEHATA, 2010).

Os *Parâmetros Clinton* apresentados em 2000 sugeriram que os palestinos deveriam obter 94% da Cisjordânia e que o restante permaneceria parte de Israel, deixando livre uma “área” que poderia ser usada para criar uma passagem segura entre Gaza e Cisjordânia. Sob tais *Parâmetros*, 80% dos colonos israelenses na Cisjordânia permaneceriam no lugar, enquanto tanto a quantidade de territórios anexados por Israel quanto as perturbações à vida palestina deveriam ser minimizados, garantindo, assim, a contiguidade na Cisjordânia (THE WHITE HOUSE, 2000).

Em 2011, o presidente Barack Obama expôs suplementarmente sua posição sobre o território:

Os Estados Unidos acreditam que as negociações devem resultar em dois Estados, com fronteiras palestinas permanentes com Israel, Jordânia e Egito, assim como fronteiras israelenses permanentes com a Palestina. Acreditamos que tais fronteiras devem basear-se nas linhas de 1967, com trocas de acordo mútuo, de modo que sejam estabelecidas de forma segura e reconhecida em ambos os estados” (THE WHITE HOUSE, 2011).

3.2. SEGURANÇA

Políticos israelenses têm pública e consistentemente reiterado a preocupação de que uma retirada total de Israel da Cisjordânia poderia levar à sua queda, pois tal espaço sem governo (palestino) poderia ser usado para atacar Israel. Tal argumento é baseado na sua experiência após a retirada da Faixa de Gaza em 2005, quando esta área foi assumida pelo Hamas (DIKER, 2011). Como exemplo, o Primeiro-Ministro Netanyahu deixou claro, em 2014, durante um discurso no Instituto de Estudos de Segurança Nacional em Tel Aviv, que os israelenses desejam manter suas forças quase indefinidamente no vale do rio Jordão para

selar sua fronteira contra a infiltração terrorista. Além de continuarem preocupados com a segurança interna, também se preocupam se as Forças de Segurança Palestina podem manter a estabilidade na Cisjordânia, na sequência de uma retirada israelense (ISRAEL, 2014).

Em contraste, a prioridade palestina está focada em acabar com a ocupação israelense. Os palestinos acreditam que as preocupações israelenses podem ser amenizadas por uma força internacional liderada pela OTAN, Estados Unidos, ou algum outro órgão capaz de substituir o papel desempenhado atualmente na Cisjordânia pela Força de Defesa Israelense. Seria com o decorrer do tempo que tal força internacional treinaria forças de segurança palestina para que pudessem, então, assumir as funções de segurança necessárias. No aguardo de uma solução, eles insistem em uma data certa para a retirada total das forças israelenses (ASHAD, 2011). Como exemplo, na resolução de dezembro de 2014, que os palestinos propuseram ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), eles pediram um prazo de dois anos, embora no passado tenham sido mais flexíveis, pedindo um prazo entre 3 a 5 anos (DEGER, 2014).

Os *Parâmetros Clinton*, por sua vez, recomendam que as forças israelenses se retirem em um período de três anos e, em seguida, mantenham posições no vale do rio Jordão por um período adicional de três anos. Com relação aos palestinos, tais *Parâmetros* propõem um Estado palestino “não militarizado”, o que limitaria a sua capacidade de ameaçar Israel (THE WHITE HOUSE, 2000).

3.3. JERUSALÉM

Israelenses reivindicam a totalidade de Jerusalém como sua capital, definindo-a como uma área de 125 quilômetros quadrados, que engloba tanto Jerusalém Oriental como Ocidental. Já os palestinos insistem que toda Jerusalém Oriental é sua capital, uma área que eles definem como 6,5 quilômetros quadrados que fazia parte de Jerusalém Oriental em 1967 (B'TSELEM, 2010). Eles também reivindicam todos os bairros árabes adicionais, muitos dos quais não faziam parte de Jerusalém antes de 1967, e que são agora considerados por Israel como parte da cidade por causa de suas anexações.

O maior desafio, contudo, é a Cidade Velha, uma pequena área de um quilômetro quadrado que não pode ser fisicamente dividida e que detém grande importância religiosa para as três principais religiões monoteístas do mundo. Na verdade, o maior lugar sagrado islâmico (Haram al Sharif) e judaico (Monte do Templo), ocupam parcialmente o mesmo

espaço físico. Havendo inúmeras propostas sobre a mesa, nenhuma das partes se dispuseram a aceitar.

Os *Parâmetros Clinton* e as negociações em Camp David focaram em uma divisão de soberania em que o território dentro da Cidade Velha não seria dividido fisicamente, mas uma linha marcaria o território soberano de cada Estado (THE WHITE HOUSE, 2000). Outra proposta seria de um regime especial, onde ambas as partes concordam essencialmente em abrir mão da soberania e ter a Cidade Velha gerida conjuntamente por um organismo palestino, israelense, e também por representantes internacionais (ABRAMS, 2014).

3.4. REFUGIADOS

Os palestinos reivindicam uma solução justa e equitativa aos refugiados palestinos que perderam suas casas durante a guerra de 1948 e que foram expulsos de Israel. Eles exigem uma compensação financeira e também que Israel se responsabilize pelo erro histórico feito contra os refugiados palestinos (CHEHATA, 2010). Eles também exigem que tais refugiados possam escolher o local onde eles seriam reassentados como parte de um acordo final, e que pelo menos alguns desses refugiados tenham o direito de voltar a Israel.

Já os israelenses baseiam sua posição sobre uma narrativa totalmente diferente: a de que a maioria dos palestinos deixou Israel por vontade própria e que o retorno de refugiados iria ameaçar a natureza judaica de o Estado de Israel (CHEHATA, 2010).

Os *Parâmetros Clinton*, por sua vez, sugerem que os israelenses “reconheçam o sofrimento moral e material causado ao povo palestino como resultado da guerra de 1948 e a necessidade de ajudar a comunidade internacional na resolução do problema” (ver nota 2). Como parte de um acordo, Israel concordaria em deixar entrar certo número de refugiados, ainda que tal número possa ser inevitavelmente controverso.

Esse tipo de solução é provavelmente a única opção realista. No entanto, ele vem com dois enormes desafios: primeiro, provavelmente exigiria bilhões de dólares da comunidade internacional e um processo de implementação prolongado (BEN-MEIR, 2013); em segundo lugar, a comunidade de refugiados que cresceu para cerca de cinco milhões, tem enorme expectativas sobre este assunto que, provavelmente, não pode ser realisticamente atendidos por um acordo (JU'BEH, 2002).

3.5. O ESTADO JUDEU

A exigência de que os palestinos reconheçam Israel como um Estado judeu não foi uma questão importante de discussão em Camp David. No entanto, nos últimos anos, tornou-se um teste decisivo para ambos os lados. Os israelenses argumentam que, a menos que os palestinos reconheçam Israel como um Estado judeu, eles não vão desistir da narrativa de que qualquer acordo de paz é apenas uma forma temporária para que, eventualmente, expulsem o povo judeu da terra de Israel. Autoridades israelenses insistem que eles não podem acabar com o conflito através de concessões, a menos que o movimento palestino aceite que o estado no qual se vai exercer seu direito à autodeterminação e cumprir as suas aspirações seja a Palestina, e não Israel. No contexto do aumento dos esforços internacionais para questionar a legitimidade de Israel, esta questão tornou-se altamente sensível aos israelenses (BECKER, 2011).

Em contraparte, os palestinos argumentam que o reconhecimento de Israel como um Estado judeu iria forçá-los a ignorar a sua própria história como habitantes da mesma terra. De acordo com Becker (2011), eles também estão preocupados com o fato que isso poderia torná-los cúmplices com medidas para relegar árabes-israelenses a cidadãos de “segunda categoria”, e que reconhecendo a natureza judaica do Estado de Israel acabe por encerrar qualquer direito de retorno dos refugiados palestinos.

A posição dos EUA sobre este assunto, por sua vez, tem sido a de que Israel é o Estado judeu. Os Estados Unidos e outras partes sugeriram numerosas formulações que tornam claro que todos os cidadãos de Israel teriam direitos iguais e que a comunidade árabe de Israel não seria discriminada. Também houve tentativas de desenvolver uma linguagem que esclarecesse que aceitar o conceito do Estado judeu não significa que os palestinos estão repudiando sua própria narrativa sobre refugiados e a guerra de 1948. No entanto, até agora nenhuma dessas opções foram aceitas pelos palestinos (THE WHITE HOUSE, 2011).

Nesta breve revisão dos problemas de negociações para superar o estado de conflito entre palestinos e judeus, observamos que ainda se tem muito a avançar em busca de uma paz duradoura entre estes povos, o que implica que os dois Estados envolvidos, Palestina e Israel, respeitem as Resoluções das Nações Unidas, assim como deem continuidade aos acordos firmados desde Oslo e implementem os *Parâmetros Clinton*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram quatorze séculos de história, em comum, entre judeus e muçulmanos que chegou ao fim. O antagonismo que os cerca, como nós conhecemos hoje, começou a tomar forma há cento e cinquenta anos; é, portanto, um fenômeno moderno, que data do final do século XIX. Pode-se traçar sua genealogia desde os primeiros passos da interferência do Ocidente no mundo árabe até a eclosão da segunda Intifada, passando pelo nascimento do sionismo e do nacionalismo árabe.

Embora esses dois grupos possuam diferentes religiões, as diferenças religiosas não são a causa do conflito. O conflito israelo-palestino, como vimos, se configura paradoxalmente: profundamente complexo, considerado como um dos maiores conflitos internacionais que a humanidade já conheceu, e cuja extensão continua a ameaçar a estabilidade da comunidade internacional.

Vimos, neste trabalho, que a Organização das Nações Unidas tem um papel determinante para mediar o conflito israelo-árabe. Primeiro, porque resolvendo a questão dos judeus, criando o Estado de Israel nas terras dos Palestinos em 1948, a ONU tornou os palestinos apátridos; e segundo, porque a partir do engajamento dos palestinos pela criação do Estado Palestino (especificamente, com a criação da OLP, posteriormente, com a fundação da AP e, recentemente, com o seu reconhecimento internacional), essa entidade tem elaborado diversas resoluções, principalmente nos momentos de tensão, para que as partes envolvidas cessem imediatamente as agressões.

Ademais, em várias ocasiões, diferentes iniciativas com o propósito de normalizar as relações israelo-palestino foram tomadas por outras instâncias. Apesar das numerosas tentativas de resoluções para tal conflito, propostas pelo Quarteto diplomático (ONU, União Européia, Estados Unidos e Rússia), para finalmente pôr fim a este conflito, com base no princípio da existência de dois Estados, a oposição israelense e palestina ainda perdura.

Tentativas de resolução de conflitos foram intermediadas pela ONU e Estados Unidos, com o objetivo de construir a confiança e melhorar a dinâmica de relacionamento entre ambas as partes; contudo, após 20 anos de negociações, nenhum acordo foi cumprido entre elas para por fim ao conflito israelo-palestino. Tanto os israelenses quanto os palestinos querem chegar a um acordo de paz, porém cada parte desconfia profundamente da outra e são pessimistas quanto à ideia de que negociações a curto prazo irão resolver seus conflitos. Os negociadores de ambos os lados se sentem descrentes: de um lado, têm-se os extremistas, que se opõem a

grandes compromissos estatais (o Hamas, que defende sua postura de “resistência” a Israel, e, de outro, a política de colonização israelense, que se opõe a devolver territórios ocupados ou oferecer assentamentos aos palestinos). Se futuras negociações continuarem falhando, isso permitirá perpetuidade da violência na região e de sua ampliação. As negociações poderão provar aos palestinos que a versão de paz de Israel não lhes oferecerá nada, exceto novas perdas de seus direitos e território. Israel será capaz de dizer que tentou argumentar com os palestinos, "mas eles se recusaram a ouvir", deixando como única opção mais opressão, violência, e o que a ONU já chamou de "crimes de guerra e possíveis crimes contra a humanidade".

No entanto, uma hipótese permanece relevante, verdadeira e estratégica: se não houver negociações e um acordo de paz assinado entre os Estados, e Israel continuar com sua política de colonização e opressão aos palestinos, bem como radicais palestinos insistir nos ataques, a AP e Israel terão muito a perder com a eliminação da solução de dois Estados, pois na ausência de uma solução, Israel corre o risco de se tornar um Estado bi-nacional, perdendo o seu caráter como o Estado do povo judeu, ou mesmo tornar-se um estado de apartheid – o que entraria em conflito com o seu caráter democrático. Como Tzipi Livni uma vez disse, “no Oriente Médio, os líderes sempre tem que escolher entre opções ruins. O menor de todos os males é geralmente o melhor” (MESSING, 2013). Com isso em mente, apesar dos receios compreensíveis e desafios decorrentes da realidade na região, Israel e a AP devem fazer o possível para evitar a violência e manter um relacionamento sustentável.

Por outro lado, se olharmos o quadro das últimas negociações entre israelenses e palestinos – durante o qual a violência continuou em Gaza e ações unilaterais foram tomadas pelos dois povos –, encontra-se pouca esperança para que a retomada das negociações diretas seja frutuosa. Embora a última negociação tenha terminado da mesma forma que as tentativas anteriores – negociações Camp David e Annapolis –, essas negociações merecem uma análise mais aprofundada, pois elas representam apenas a terceira vez em que israelenses e palestinos se sentaram para negociações formais estendidas com o objetivo de tentar colmatar as lacunas que ficaram entre eles sobre as questões mais difíceis: fronteiras, segurança, refugiados, Jerusalém, e o reconhecimento mútuo.

Por fim, analisando toda a trajetória de negociações entre Israel e Palestina, podemos concluir que vinte anos de negociações inconclusivas acabaram “envenenando” o ambiente diplomático, criando uma atmosfera equivalente a um divórcio desagradável e prolongado; a prática de colonização israelense em curso, durante uma negociação, é tóxica para o ambiente

da negociação; e, embora as negociações perpétuas não sejam realistas, porque reforçam o ponto de vista dos palestinos, de que Israel não reconhecerá seu Estado, todas as oportunidades de retomar as negociações devem ser consideradas, pois, em sua ausência, o vazio será sempre preenchido pela violência, piorando cada vez mais a situação de todos. Ainda assim, não se vê, infelizmente, nenhuma manifestação mundial de solidariedade aos envolvidos nesse tão desgastante e complexo conflito.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Elliott. Abbas and the ‘Right of Return’ Will Defeat John Kerry. **Pressure Points blog**, 2014. Disponível em: <<http://blogs.cfr.org/abrams/2014/03/13/abbas-and-the-right-of-return-will-defeat-john-kerry/>>. Acesso em: novembro 2015.

ARSHAD, Shazia. The Palestine Papers – a Matter of Public Interest. **Middle East Monitor**, 2011. Disponível em: <<https://www.middleeastmonitor.com/resources/briefing-papers/2057-the-palestine-papers-a-matter-of-public-interest>>. Acesso em: novembro 2015

BARNAVI, Élie. **Une histoire moderne d’Israël**. Paris: Flammarion, 1998.

BECKER, Tal. The Claim for Recognition of Israel as a Jewish State: A Reassessment. **Policy Focus no. 108**, 2011. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/PolicyFocus108.pdf>>. Acesso em: novembro 2015.

BEN-MEIR, Alon. **Negotiating Under the Shadow of Palestinian Refugees**. Huffington, 2013. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/alon-benmeir/negotiating-under-the-sha_b_4037200.html>. Acesso em: novembro 2015.

B’TSELEM. **Legal Status of East Jerusalem and Its Residents**. Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories, 2010. Disponível em: <http://www.btselem.org/jerusalem/legal_status>. Acesso em: novembro 2015.

_____. **The Separation Barrier**. 2011. Disponível em: <http://www.btselem.org/separation_barrier>. Acesso em: novembro 2015.

_____. **Background on the Gaza Strip**. 2014. Disponível em <http://www.btselem.org/gaza_strip>. Acesso em: novembro 2015.

BURSTON, Bradley. Il est temps de l’admettre: La politique intérieure d’Israël est l’apartheid. **UJFP – Union juive française pour la paix**. 2015. Disponível em: <<http://www.ujfp.org/spip.php?article4351>>. Acesso em: novembro 2015.

CHEHATA, Hanan. **Israeli-Palestinian negotiations: a step towards another historic handshake, perhaps, but not necessarily a solution**. Londres: Middle East Monitor, 2010.

COURBAGE, Youssef. Deux phases de la démographie de la Palestine – 1872-1948 et 1967-2025. In HEACOCK, Roger (dir.). **Temps et Espaces en Palestine**. Beyrouth: Presses de l'Ifpo, 2008.

COURBE, Jean-François. Les conséquences du conflit sur la situation économique et sociale des territoires palestiniens occupés. In *Confluences Méditerranée* n° 55 (dir.). **Palestine?** Paris: L'Harmattan, 2005.

DAVID, Eric. Israël et le droit international. In COLLON, Michel (dir.). **Israël, parlons-en!** Bruxelles: Investig'Action, 2012.

DEGER, Allison. **Updated Security Council Resolution Calls for East Jerusalem as Palestinian Capital, Israel Says UN Creating 'Second Hamastan'**. Mondoweiss, 2014. Disponível em: <<http://mondoweiss.net/2014/12/resolution-jerusalem-palestinian>>. Acesso em: novembro 2015.

DUFFAU, Catherine et al. **J'entre en fac: méthodes du travail universitaire en lettres, langues, arts et sciences humaines**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2013.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 13 ed. Lisboa: Presença, 2007.

FARSAKH, Leila. **Palestinian Labour Migration to Israel: labour, land and occupation**. Nova York: Routledge, 2005.

GORDON, Neves. **Israel's Occupation**. University of California Press, 2008.

HALÉVI, Ilan. Comment Israël a triplé son territoire. In COLLON, Michel (dir.). **Israël, parlons-en!** Bruxelles: Investig'Action, 2012.

HAMAS. **Charte du Mouvement de la Résistance Islamique – Palestine**. Disponível em: <<http://iremam.cnrs.fr/legrain/voix15.htm>>. Acesso em: outubro 2015.

HAREUVENI, Eyal. By Hook and by Crook: Israeli Settlement Policy in the West Bank. **Relatório B'Tselem**. Disponível em: <http://www.btselem.org/download/201007_by_hook_and_by_crook_eng.pdf>. Acesso em: outubro 2015.

HERZL, Theodor. **L'Etat des Juifs**. Paris: La Découverte, 2003.

HILBERG, Raul. **La destruction des juifs d'Europe**. Paris: Fayard, 1988.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. **Legal consequences of the construction of a wall in the occupied palestinian territory**. Reports of judgments, advisory opinions and orders, 2004. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/131/1671.pdf>>. Acesso em: novembro 2015.

ISRAEL, **Declaration of Principles on Interim Self Government Arrangements**, 1993. Disponível em: <<http://www.unsco.org/Documents/Key/Declaration%20of%20Principles%20on%20Interim%20Self-Government%20Arrangements.pdf>>. Acesso em: novembro 2015.

_____. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **La clôture antiterrorriste d'Israël**. 2004. Disponível em: <http://mfa.gov.il/MFA_Graphics/MFA%20Gallery/Documents%20languages/savinglives_fr.pdf>. Acesso em: novembro 2015.

_____. Gabinete do Primeiro-Ministro, **Address by Prime Minister Netanyahu at the Institute for National Security Studies**, 2014. Disponível em: <<http://www.pmo.gov.il/English/MediaCenter/Speeches/Pages/speechINSS290614.aspx>>. Acesso em outubro de 2015.

JU'BEH, Nazmi . The Palestinian Refugee Problem and the Final Status Negotiations: A Review of Positions. **Palestine-Israel Journal of Politics, Economics, and Culture**, 9 no. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.pij.org/details.php?id=143>>. Acesso em: novembro 2015.

LAURENS, Henry. Resumos académicos anuais. **L'Europe et le monde musulman au XIX^e siècle**. Collège de France, 2004.

LAURENS, Henry. L'identité palestinienne d'hier à aujourd'hui. In HEACOCK, Roger (dir.). **Temps et Espaces en Palestine**. Beyrouth: Presses de l'Ifpo, 2008.

_____. Resumos académicos anuais. **La question de la Palestine 1996 – 2000**. Collège de France, 2013.

LE CAIN, Blandine. **Le drapeau de la Palestine flotte pour la première fois au siège de l'ONU**. Le Figaro, 2015. Disponível em: <<http://www.lefigaro.fr/international/2015/09/30/01003-20150930ARTFIG00143-l-onu-s-apprete-a-voir-flotter-le-drapeau-de-la-palestine.php>>. Acesso em: outubro 2015.

LEGRAIN, Jean-François. **Fatah-Hamas, vers une guerre interpalestinienne?** Entrevista concebida ao jornal francês Le Monde, em dezembro de 2006, e disponível em: <http://www.lemonde.fr/proche-orient/chat/2006/12/14/fatah-hamas-vers-une-guerre-interpalestinienne_845536_3218.html>. Acesso em: outubro 2015.

L'EXPRESS.FR. **Chronologie de la Palestine (1947-2012)**. 2012. Disponível em: <http://www.lexpress.fr/actualite/monde/proche-moyen-orient/chronologie-de-la-palestine-1947-2012_496101.html>. Acesso em: outubro 2015.

_____. **Chronologie d'Israël (1947-2013)**. 2013. Disponível em: <http://www.lexpress.fr/actualite/monde/proche-moyen-orient/chronologie-d-israel-1947-2013_474825.html>. Acesso em: outubro 2015.

LE POINT.FR. **Palestine à l'ONU: Israël entame ses représailles**. 2012 Disponível em: <http://www.lepoint.fr/monde/palestine-a-l-onu-israel-entame-ses-represailles-02-12-2012-1536642_24.php>. Acesso em: outubro 2015.

LIS, Jonathan. **Bennett Threatens to Leave Netanyahu Government Over Peace Talks on 67 Lines**. Haaretz, 2013. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/.premium-1.536688>>. Acesso em: novembro 2015.

MESSING, Gil. **Seeking no war – achieving no peace**. Atkin Paper Series, 2013. Disponível em: <http://icsr.info/wp-content/uploads/2013/04/ICSR_Atkin-Series_Messing-Paper.pdf>. Acesso em: novembro 2015.

MIQUEL, Pierre. **La Grande Guerre**. Paris: Fayard, 1983.

MISKÉ, Karim et al. **Juifs et musulmans, si loin si proche**. Documentário difundido pela rede de televisão francesa Arte. 2010. Disponível em: <http://www.dailymotion.com/video/x2a4djq_documentaire-fr-juifs-et-musulmans-si-loin-si-proches>. Acesso em: setembro 2015.

PALESTINA. Ministry of National Economy. **The economic costs of the Israeli occupation for the occupied Palestinian territory**. 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/depts/dpa/qpal/docs/2012Cairo/p2%20jad%20isaac%20e.pdf>>. Acesso em: novembro 2015.

PAPPÉ, Ilan. **Une terre pour deux peuples: Histoire de la Palestine moderne**. Paris: Fayard, 2004.

POLLET, Camille. **Petite histoire de la Palestine pour les nuls**. Disponível em: <<http://rue89.nouvelobs.com/blog/echos-histoire/2014/07/29/petite-histoire-de-la-palestine-pour-les-nuls-233313>>. Acesso em: julho de 2014.

RED CROSS. **Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War. Geneva, 12 August 1949**. Disponível em: <<https://www.icrc.org/ihl/INTRO/380>>. Acesso em: novembro 2015.

SALEH, Hassan Abdul Kadir. **Jewish Settlement and its Economic Impact on the West Bank, 1967-1987**. GeoJournal, nº4. Nova York: Springer, 1990.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

THE WHITE HOUSE, **The Clinton Parameters: Clinton Proposal on Israeli-Palestinian Peace**, 2000, disponível em <http://www.peacelobby.org/clinton_parameters.htm>. Acesso em outubro de 2015.

_____. Gabinete do Secretário de Imprensa, **Remarks by the President on the Middle East and North Africa**, 2011, disponível em <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/05/19/remarks-president-middle-east-and-north-africa>>. Acesso em outubro de 2015.

UN Non-Governmental Liaison Service. **L'Assemblée générale approuve le rapport Goldstone**. 2009. Disponível em: <<https://www.unngls.org/index.php/francais/2009/1723-generale-rapport-goldstone>>. Acesso em: outubro 2015.

UNITED NATIONS. **The Humanitarian Impact of the West Bank Barrier on Palestinian Communities**. 2005; Disponível em: <http://www.unicef.org/oPt/OCHABarRprt05_Full.pdf>. Acesso em: novembro 2015.

_____. **Colonies de peuplement israéliennes en territoire palestinien occupé**. 2007. Disponível em: <http://www.un.org/french/Depts/palestine/issues_colonies.shtml>. Acesso em: outubro 2015.

_____. **OCHA Closure Update**. 2008. Disponível em <<https://www.ochaopt.org/documents/updatemay2008.pdf>>. Acesso em: novembro 2015.

_____. Resolution adopted on the report of the ad hoc Committee on the palestinian question. **Resolução oficial da ONU**, disponível em: <<http://daccess-dds->

ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/038/88/IMG/NR003888.pdf?OpenElement>.
Acesso em: outubro 2015.

_____. **The humanitarian impact of the barrier.** 2013. Disponível em
<https://www.ochaopt.org/documents/ocha_opt_barrier_factsheet_july_2013_english.pdf>.
Acesso em: novembro 2015.

VIVEIROS, Ricardo. Novas luzes no Oriente Médio. Prefácio à BARD, G. Mitchell. **Mitos e fatos. A verdade sobre o conflito árabe-israelense.** São Paulo: Sêfer Ltda, 2004.

ZAMBEAUX, Edouard. Yasser Arafat – um líder entre extremos. **História Viva**, nº 17 .
2005. Disponível em <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/yasser_arafat_um_lider_entre_extremos.html>. Acesso em: outubro de 2015.

ZOLO, Danilo; **La justicia de los vencedores:** de Nuemberg a Bagdad. Madrid: Editorial Trotta, 2007.

ANEXOS

Anexo 1: Yitzhak Rabin (Israel) e Yasser Arafat (Palestina) dão as mãos, acompanhados por Bill Clinton, quando ocorreu a assinatura dos Acordos de Oslo, 1993. Fonte: <http://www.realclearpolitics.com/lists/famous_political_handshakes/rabin_arafat.html>.



Anexo 2: Ehud Barak (Israel) e Yasser Arafat (Palestina) dão as mãos, acompanhados por Bill Clinton, durante a Cúpula para a Paz no Oriente Médio em Camp David, 2000. Fonte: <http://photos.state.gov/libraries/usinfo/3234/Middle_East_Peace_Process_001/index.html>.



Anexo 3: A bandeira da Palestina ao lado da bandeira das Nações Unidas, após ser erguida pelo presidente da AP durante cerimônia em Nova York, 2015. Fonte: <<http://www.lapresse.ca/international/dossiers/la-palestine-a-lonu/201509/30/01-4905288-le-drapeau-palestinien-hisse-a-lonu.php>>.



Anexo 4: Mapa de extensão do Muro, 2014. Fonte: <<http://amazingsusan.com/2014/07/26/48-pictures-of-the-wall-between-israel-and-palestine/>>.



Anexo 5: Evolução do mapa da Palestina e Israel, de 1947 à atualidade. Fonte: <<http://12160.info/profiles/blogs/palestinian-loss-land-1947-to-present>>.



APÊNDICES



UFPB – Universidade Federal da Paraíba
PRG – Pró-Reitoria de Graduação
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
DMI – Departamento de Mediações Interculturais
LEA – Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às
Negociações Internacionais
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso



ATESTADO DE AUTENTICIDADE DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, Janaina Araújo de Ruan, estudante do Curso de Línguas Estrangeiras aplicadas às Negociações Internacionais, da Universidade Federal da Paraíba, matrícula nº11017343, declaro ter pleno conhecimento do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso, bem como, das regras referentes ao seu desenvolvimento e demais regras, regulamentos e Leis que regem o trabalho de conclusão do curso e os direitos autorais.

Atesto que o presente Trabalho, intitulado *Os reflexos do conflito israelo-palestino: negociações internacionais pela paz* é de minha autoria, estando eu ciente de que poderei sofrer sanções, a qualquer tempo, nas esferas acadêmica, administrativa, civil e penal, caso seja comprovado cópia e/ou aquisição de trabalhos de terceiros, além do prejuízo de medidas de caráter educacional, como a reprovação do componente curricular (disciplina), o que impedirá a obtenção do Diploma de Conclusão do Curso de Graduação ou a sua respectiva cassação.

Sendo o que tinha a atestar, afirmo que o presente é verdadeiro e dou fé.

João Pessoa – PB, 11 de dezembro de 2015

Janaina Araújo de Ruan



UFPB – Universidade Federal da Paraíba
PRG – Pró-Reitoria de Graduação
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
DMI – Departamento de Mediações Interculturais
LEA – Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às
Negociações Internacionais
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso



AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, Janaina Araújo de Ruan, estudante do Curso de Línguas Estrangeiras aplicadas às Negociações Internacionais, da Universidade Federal da Paraíba, matrícula nº11017343, AUTORIZO que a UFPB publique e disponibilize para consulta pública meu trabalho em suas bibliotecas e virtualmente, com o título *Os reflexos do conflito israelo-palestino: negociações internacionais pela paz*.

Sendo o que tinha para o momento.

João Pessoa – PB, 11 de dezembro de 2015

Janaina Araújo de Ruan
RG: 3677.416